

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

**CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.**

**CNPJ/MF 83.878.892/0001-55**

**Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	5
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS .....	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO .....	8
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE .....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO .....	10
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	12
1.1. Ambiente Regulatório .....	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	12
2.1. Declaração de Conformidade .....	12
2.2. Base de Mensuração .....	13
2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação.....	13
2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos .....	13
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	14
3.1. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.....	15
3.1.1. Demonstrações de Resultados – Consolidado .....	15
3.1.2 Demonstração do Valor Adicionado – Consolidado .....	16
3.2. Base de Consolidação .....	16
3.3. Apresentação de Informações por Segmentos.....	18
3.4. Conversão de Moeda Estrangeira .....	18
3.5. Caixa e Equivalente de Caixa.....	18
3.6. Instrumentos Financeiros não Derivativos .....	18
3.6.1. Classificação .....	18
3.6.2. Reconhecimento e Mensuração .....	19
3.6.3. Compensação de Instrumentos Financeiros .....	20
3.6.4. Impairment de Ativos Financeiros .....	20
3.7. Contas a Receber de Clientes .....	20
3.8. Estoques.....	21
3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos.....	21
3.10. Depósitos Judiciais .....	22
3.11. Imobilizado .....	22
3.12. Intangíveis .....	23
3.12.1. Contratos de Concessões .....	23
3.12.2. Ágio .....	23
3.12.3. Programas de Computador – <i>softwares</i> .....	24
3.12.4. Uso do Bem Público – UBP .....	24
3.13. Ativo Financeiro .....	24
3.13.1. Ativo Financeiro de Concessão – Indenizável .....	24
3.13.2. Bonificação de Outorga .....	25



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

3.14. <i>Impairment</i> de Ativos não Financeiros.....	25
3.15. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes.....	26
3.16. Fornecedores.....	26
3.17. Empréstimos .....	27
3.18. Debêntures .....	27
3.19. Provisões.....	27
3.20. Benefícios a Empregados e Aposentados .....	27
3.21. Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio – JCP .....	29
3.22. Capital Social.....	29
3.23. Reconhecimento de Receita.....	29
3.24. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações .....	31
3.25. Novas Normas e Interpretações .....	33
4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO .....	34
4.1. Fatores de Risco Financeiro .....	34
4.2. Risco de Mercado .....	34
4.2.1. Risco Cambial .....	34
4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros .....	34
4.3. Risco de Crédito .....	34
4.4. Risco de Liquidez .....	34
4.5. Riscos Operacionais .....	35
4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica.....	35
4.5.2. Risco quanto à Produção de Energia Elétrica.....	36
4.5.3. Risco de Não Renovação das Concessões.....	36
4.5.4. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM.....	37
4.6. Gestão de Capital.....	38
4.7. Estimativa do Valor Justo.....	39
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA .....	40
6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS .....	41
7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA .....	41
8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	42
8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan.....	42
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES .....	43
10. ATIVOS FINANCEIROS E OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES.....	46
11. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO.....	47
11.1. Parcela A – CVA .....	47
11.2. Bonificação de Outorga.....	48
12. ATIVO INDENIZATÓRIO – CONCESSÃO.....	49
13. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR .....	51
14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	51
15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS .....	54
16. IMOBILIZADO .....	56



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

17. INTANGÍVEL.....	59
18. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL.....	61
19. FORNECEDORES .....	63
20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	63
20.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo .....	64
20.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos .....	65
21. DEBÊNTURES .....	65
21.1. Debêntures – Celesc D .....	65
21.2. Debêntures – Celesc G .....	66
22. OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	67
23. TAXAS REGULAMENTARES .....	68
24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS .....	69
25. PASSIVO ATUARIAL .....	72
25.1. Resultados da Avaliação Atuarial .....	73
26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	76
27. SEGUROS.....	78
28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS .....	78
28.1. Receita Operacional Consolidada.....	80
28.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas .....	81
28.3. Resultado Financeiro .....	83
29. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D .....	84
29.1. Balanço Patrimonial .....	84
29.2. Demonstração de Resultados.....	85
29.2.1. Receita Operacional.....	85
29.2.2. Custos e Despesas Operacionais .....	86
30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G .....	87
30.1. Balanço Patrimonial .....	87
30.2. Demonstração de Resultados.....	88
30.2.1. Receita Operacional.....	88
30.2.2. Custos e Despesas Operacionais .....	89
31. EVENTO SUBSEQUENTE.....	90
31.1. Faixas de Acionamento do Sistema de Bandeiras Tarifárias em 2017.....	90
31.2. Resolução Homologatória nº 2.202/2017 .....	91

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.**  
**CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Circulante</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	17.986	25.235	917.464	922.047
Contas a Receber de Clientes (Nota 9)	-	-	1.270.105	1.474.884
Estoques	-	-	10.006	8.036
Tributos a Recuperar ou Compensar (Nota 13)	2.813	2.399	121.761	158.667
Dividendos a Receber (Nota 10)	13.930	27.995	7.959	682
Ativo Financeiro – Parcela A – CVA (Nota 11)	-	-	-	248.458
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (Nota 11)	-	-	28.242	-
Outras Contas a Receber (Nota 10)	(5)	(15)	1.410.002	776.367
	<b>34.724</b>	<b>55.614</b>	<b>3.765.539</b>	<b>3.589.141</b>
<b>Não Circulante</b>				
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 8)	137.478	137.478	137.478	137.478
Contas a Receber de Clientes (Nota 9)	-	-	31.497	15.918
Partes Relacionadas (Nota 14)	5.984	12.652	6.472	13.140
Tributos Diferidos (Nota 18)	-	-	514.870	214.282
Tributos a Recuperar ou Compensar (Nota 13)	-	-	17.985	15.231
Depósitos Judiciais (Nota 24)	17.257	16.849	124.336	160.873
Ativo Indenizatório – Concessão (Nota 12)	-	-	346.620	196.520
Outras Contas a Receber (Nota 10)	-	-	5.317	2.119
Ativo Financeiro – Parcela A – CVA (Nota 11)	-	-	-	196.901
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (Nota 11)	-	-	233.574	-
Investimentos em Controladas e Coligadas (Nota 15)	1.884.281	2.034.945	227.554	201.649
Imobilizado (Nota 16)	46	51	158.495	174.856
Intangível (Nota 17)	6.955	7.457	3.058.978	3.070.820
	<b>2.052.001</b>	<b>2.209.432</b>	<b>4.863.176</b>	<b>4.399.787</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.086.725</b>	<b>2.265.046</b>	<b>8.628.715</b>	<b>7.988.928</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.****CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores expressos em milhares de reais)

<b>Passivo</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Circulante</b>				
Fornecedores (Nota 19)	1.080	918	625.100	732.321
Empréstimos e Financiamentos (Nota 20)	-	-	202.996	217.157
Debêntures (Nota 21)	-	-	107.156	301.598
Salários e Encargos Sociais	964	745	141.954	131.134
Tributos e Contribuições Sociais (Nota 22)	377	511	158.516	269.700
Dividendos e Juro sobre Capital Próprio a Pagar	1.736	31.499	1.736	31.499
Taxas Regulamentares (Nota 23)	-	-	2.298.120	1.415.572
Partes Relacionadas (Nota 14)	-	-	17.016	18.343
Passivo Atuarial (Nota 25)	-	-	162.312	173.205
Passivo Financeiro – "Parcela A" – CVA (Nota 11)	-	-	308.561	-
Outros Passivos	208	208	49.256	52.179
	<b>4.365</b>	<b>33.881</b>	<b>4.072.723</b>	<b>3.342.708</b>
<b>Não Circulante</b>				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 20)	-	-	130.035	325.017
Debêntures (Nota 21)	-	-	347.604	299.133
Tributos Diferidos (Nota 18)	-	-	7.859	327
Taxas Regulamentares (Nota 23)	-	-	215.482	256.703
Provisão para Contingências (Nota 24)	6.517	6.437	281.722	301.827
Passivo Atuarial (Nota 25)	-	-	1.396.913	1.236.010
Passivo Financeiro – "Parcela A" – CVA (Nota 11)	-	-	98.059	-
Outros Passivos	-	-	2.475	2.475
	<b>6.517</b>	<b>6.437</b>	<b>2.480.149</b>	<b>2.421.492</b>
<b>Patrimônio Líquido (Nota 26)</b>				
Capital Social	1.340.000	1.340.000	1.340.000	1.340.000
Reservas de Capital	316	316	316	316
Reservas de Lucros	1.133.602	1.121.950	1.133.602	1.121.950
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(398.075)	(243.745)	(398.075)	(243.745)
Dividendos Adicionais a Distribuir	-	6.207	-	6.207
	<b>2.075.843</b>	<b>2.224.728</b>	<b>2.075.843</b>	<b>2.224.728</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>2.086.725</b>	<b>2.265.046</b>	<b>8.628.715</b>	<b>7.988.928</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.**  
**CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4**

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015 (Reapresentado)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL (Nota 28.1)</b>	-	-	<b>6.108.740</b>	<b>7.051.528</b>
Receita das Vendas e Serviços	-	-	6.275.270	5.675.021
Receita de Construção – CPC 17	-	-	411.828	430.886
Receita Parcela A – CVA	-	-	(586.088)	758.788
Atualização do Ativo Financeiro – VNR	-	-	7.730	186.833
<b>Custos (Nota 28.2)</b>	-	-	<b>(5.584.144)</b>	<b>(6.377.461)</b>
Custo das Vendas e Serviços	-	-	(5.172.316)	(5.946.575)
Custo de Construção – CPC 17	-	-	(411.828)	(430.886)
<b>Lucro Bruto</b>	-	-	<b>524.596</b>	<b>674.067</b>
Despesas com Vendas (Nota 28.2)	-	-	(210.555)	(185.485)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 28.2)	(24.265)	(29.031)	(335.126)	(291.354)
Outras Receitas/Despesas, Líquidas (Nota 28.2)	(2.059)	1.453	74.422	52.803
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 15.b)	13.337	147.667	40.423	32.522
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(12.987)</b>	<b>120.089</b>	<b>93.760</b>	<b>282.553</b>
Receitas Financeiras (Nota 28.3)	3.222	12.590	367.620	228.563
Despesas Financeiras (Nota 28.3)	(52)	(2.005)	(487.933)	(337.066)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>3.170</b>	<b>10.585</b>	<b>(120.313)</b>	<b>(108.503)</b>
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>(9.817)</b>	<b>130.674</b>	<b>(26.553)</b>	<b>174.050</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 18)	-	-	16.736	(43.376)
Corrente	-	-	(207.877)	(42.675)
Diferido	-	-	224.613	(701)
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>(9.817)</b>	<b>130.674</b>	<b>(9.817)</b>	<b>130.674</b>
<b>Lucro (Prejuízo) por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)</b>				
<b>Lucro (Prejuízo) Básico por Ação</b>				
Ações Ordinárias Nominativas	(0,2402)	3,1968	(0,2402)	3,1968
Ações Preferenciais Nominativas	(0,2642)	3,5165	(0,2642)	3,5165
<b>Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação</b>				
Ações Ordinárias Nominativas	(0,2402)	3,1968	(0,2402)	3,1968
Ações Preferenciais Nominativas	(0,2642)	3,5165	(0,2642)	3,5165

**As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras**

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.****CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4****DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO**

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora/Consolidado							
	Reservas				Ajustes Avaliação Patrimonial		Lucro (Prejuízo) Acumulado	Total
	Capital Social	Capital	Legal	Retenção de Lucros	Dividendos Disposição AGO	Custo Atribuído		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.017.700</b>	<b>316</b>	<b>138.085</b>	<b>1.183.472</b>	<b>24.370</b>	<b>72.975</b>	<b>(93.460)</b>	<b>2.343.458</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	130.674	130.674
Realização do Custo Atribuído, Líquido de Impostos	-	-	-	-	-	(29.143)	29.143	-
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	118	-	-	-	118
Dividendos e JCP	-	-	-	-	(24.370)	-	(31.035)	(55.405)
<b>Destinação do Lucro</b>								
Constituição de Reservas	-	-	6.534	116.041	-	-	(122.575)	-
Dividendos e JCP	-	-	-	-	6.207	-	(6.207)	-
Aumento de Capital Social	322.300	-	-	(322.300)	-	-	-	-
Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos de Tributos.	-	-	-	-	-	(194.117)	-	(194.117)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.340.000</b>	<b>316</b>	<b>144.619</b>	<b>977.331</b>	<b>6.207</b>	<b>43.832</b>	<b>(287.577)</b>	<b>2.224.728</b>
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(9.817)	(9.817)
Realização do Custo Atribuído, Líquido de Impostos	-	-	-	-	-	(21.469)	21.469	-
Dividendos e JCP	-	-	-	-	(6.207)	-	-	(6.207)
Absorção de Prejuízo	-	-	-	11.652	-	-	(11.652)	-
Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos de Tributos.	-	-	-	-	-	(132.861)	-	(132.861)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.340.000</b>	<b>316</b>	<b>144.619</b>	<b>988.983</b>	<b>-</b>	<b>22.363</b>	<b>(420.438)</b>	<b>2.075.843</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.****CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4****DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	(9.817)	130.674	(9.817)	130.674
<b>Itens que não serão reclassificados para Demonstração do Resultado</b>				
Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido, Líquidos de Tributos	<u>(132.861)</u>	<u>(194.117)</u>	<u>(132.861)</u>	<u>(194.117)</u>
<b>Resultado Abrangente Total</b>	<b><u>(142.678)</u></b>	<b><u>(63.443)</u></b>	<b><u>(142.678)</u></b>	<b><u>(63.443)</u></b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.****CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO**

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(9.817)</b>	<b>130.674</b>	<b>(26.553)</b>	<b>174.050</b>
<b>Ajustes</b>				
Depreciação e Amortização	1.976	1.976	235.576	261.055
Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	-	-	39.679	171
Resultado da Equivalência Patrimonial (Nota 15)	(13.337)	(147.667)	(40.423)	(32.522)
Atualização do Ativo Financeiro – VNR	-	-	(7.730)	(186.833)
Baixa de Ativo Indenizatório	-	-	834	40.610
Provisão/Reversão para Perdas em Ativos	-	-	(11.780)	17.839
Juros e Variações Monetárias	(430)	(8.390)	222.569	204.308
Contingências	80	(1.453)	(20.105)	5.310
Provisão para Passivo Atuarial	-	-	71.580	26.457
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias (Ativos)	-	-	60	(194)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	51.789	(19.434)
Realização de Provisão para Perdas	-	-	(6.358)	(11.079)
Atualização Monetária Bonificação Outorga	-	-	(39.123)	-
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>				
Contas a Receber	-	-	137.411	(448.286)
Tributos a Recuperar	(414)	1.703	34.152	(101.290)
Estoques	-	-	(1.970)	674
Ativos Regulatórios	-	-	603.216	5.207
Outros Ativos	(10)	34	(66.908)	(41.676)
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	-	-	(567.505)	(421.601)
Depósitos Judiciais	(408)	(209)	36.537	(16.188)
Fornecedores	162	(1.010)	(107.221)	42.978
Salários e Encargos Sociais	219	76	10.820	10.763
Tributos a Pagar	(134)	(915)	(309.957)	203.110
Passivos Regulatórios	-	-	31.453	-
Taxas Regulamentares	-	-	843.412	1.376.117
Outros Passivos	-	(8)	(9.633)	19.288
Passivo Atuarial	-	-	(186.524)	(193.837)
<b>Caixa Proveniente das (Aplicado nas) Operações</b>	<b>(22.113)</b>	<b>(25.189)</b>	<b>917.298</b>	<b>914.997</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(9.104)	(145.373)
Juros Pagos	-	-	(158.045)	(125.638)
<b>Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado) nas Atividades Operacionais</b>	<b>(22.113)</b>	<b>(25.189)</b>	<b>750.149</b>	<b>643.986</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>				
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	(375.155)	(339.808)
Aumento de Capital	-	-	(5.103)	(10.766)
Redução Capital Investidas	-	-	(395)	7.800
Dividendos Recebidos	43.736	179.515	11.210	41.228
<b>Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Investimentos</b>	<b>43.736</b>	<b>179.515</b>	<b>(369.443)</b>	<b>(301.546)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>				
Amortização de Empréstimos	-	-	(219.373)	(421.351)
Ingressos de Empréstimos	-	-	11.106	406.176
Ingressos de Debêntures	-	-	151.850	291.000
Pagamento de Debêntures	-	-	(300.000)	-
Dividendos Pagos	(28.872)	(146.007)	(28.872)	(146.007)
<b>Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(28.872)</b>	<b>(146.007)</b>	<b>(385.289)</b>	<b>129.818</b>
<b>Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(7.249)</b>	<b>8.319</b>	<b>(4.583)</b>	<b>472.258</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>25.235</b>	<b>16.916</b>	<b>922.047</b>	<b>449.789</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>17.986</b>	<b>25.235</b>	<b>917.464</b>	<b>922.047</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.****CNPJ Nº 83.878.892/0001-55 / NIRE 42 3 0001127-4****DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015 Reapresentado
<b>Receitas</b>				
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	-	-	10.066.544	11.842.021
Receita com a Construção de Ativos	-	-	411.828	430.886
Outras Receitas Operacionais	-	-	64.685	270.372
Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(51.789)	19.434
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>				
Custo das Mercadorias e Serviços Públicos Vendidos	-	-	(4.604.108)	(5.393.506)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(3.256)	(3.788)	(119.005)	(229.639)
Gastos com a Construção de Ativos	-	-	(411.828)	(430.886)
Perdas/Recuperação de Ativos	-	1.453	6.358	11.079
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>(3.256)</b>	<b>(2.335)</b>	<b>5.362.685</b>	<b>6.519.761</b>
Depreciação e Amortização	(1.976)	(1.976)	(235.576)	(261.055)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>	<b>(5.232)</b>	<b>(4.311)</b>	<b>5.127.109</b>	<b>6.258.706</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>				
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.337	147.667	40.423	32.522
Receitas Financeiras	3.222	12.590	367.620	228.563
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>11.327</b>	<b>155.946</b>	<b>5.535.152</b>	<b>6.519.791</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>				
Pessoal	(20.522)	(24.927)	(676.218)	(580.583)
Impostos, Taxas e Contribuições	(536)	(269)	(4.366.918)	(5.456.918)
Juros e Variações Cambiais	-	(34)	(487.933)	(335.095)
Aluguéis	(86)	(42)	(13.900)	(16.521)
Dividendos e JCP	-	(31.035)	-	(31.035)
Lucro (Prejuízo) Retido do Exercício	9.817	(99.639)	9.817	(99.639)
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>	<b>(11.327)</b>	<b>(155.946)</b>	<b>(5.535.152)</b>	<b>(6.519.792)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A., em São Paulo e é controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividade preponderante a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

### **1.1. Ambiente Regulatório**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1. Declaração de Conformidade**

#### **2.1.1. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2017, conforme estabelecem os artigos 17 e 18 da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nº 505, de 19 de junho de 2006.

## **2.2. Base de Mensuração**

### **2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

### **2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para os próximos períodos estão contempladas a seguir.

#### **a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros**

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

#### **b) Benefícios de Planos de Pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia utiliza a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício de acordo com as condições atuais de mercado. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao definir a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

#### **c) Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

#### **d) Contingências**

A Companhia atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança. A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

#### **e) Impairment de Ativos Não Financeiros**

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

#### **f) Uso do Bem Público – UBP**

São os valores contratados relativos ao direito do UBP para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

### **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

### 3.1. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes as Demonstração de Resultado e Demonstração do Valor Adicionado Consolidados do período findo em 31 de dezembro 2015, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*.

Essas reclassificações não tiveram impactos no Resultado da Companhia. Os efeitos dessas representações são demonstrados a seguir:

#### 3.1.1. Demonstrações de Resultados – Consolidado

	31 de dezembro 2015 Original	Reclassificação	Consolidado 31 de dezembro 2015 Reapresentado
<b>Receita</b>	<b>6.864.695</b>	<b>186.833</b>	<b>7.051.528</b>
Receita das Vendas e Serviços	5.672.021	-	5.675.021
Receita de Construção – CPC 17	430.886	-	430.886
Receita Parcela A – CVA	758.788	-	758.788
Atualização do Ativo Financeiro – VNR (i)	-	186.833	186.833
<b>Custos</b>	<b>(6.377.461)</b>	<b>-</b>	<b>(6.377.461)</b>
Custo das Vendas e Serviços	(5.946.575)	-	(5.946.575)
Custo de Construção – CPC 17	(430.886)	-	(430.886)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>487.234</b>	<b>186.833</b>	<b>674.067</b>
Despesas com Vendas	(185.485)	-	(185.485)
Despesas Gerais e Administrativas	(291.354)	-	(291.354)
Outras Receitas (Despesas), Líquidas	52.803	-	52.803
Resultado de Equivalência Patrimonial	32.522	-	32.522
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>95.720</b>	<b>186.833</b>	<b>282.553</b>
Receitas Financeiras (i)	415.396	(186.833)	228.563
Despesas Financeiras	(337.066)	-	(337.066)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>78.330</b>	<b>(186.833)</b>	<b>(108.503)</b>
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>174.050</b>	<b>-</b>	<b>174.050</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(43.376)	-	(42.675)
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>130.674</b>	<b>-</b>	<b>130.674</b>
<b>Lucro (Prejuízo) por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)</b>			
<b>Lucro (Prejuízo) Básico por Ação</b>			
Ações Ordinárias Nominativas	3,1968	-	3,1968
Ações Preferenciais Nominativas	3,5165	-	3,5165
<b>Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação</b>			
Ações Ordinárias Nominativas	3,1968	-	3,1968
Ações Preferenciais Nominativas	3,5165	-	3,5165

### 3.1.2 Demonstração do Valor Adicionado – Consolidado

	Consolidado		
	31 de dezembro 2015 Original	Reclassificação	31 de dezembro 2015 Reapresentado
<b>Receitas</b>	<b>12.375.880</b>	<b>186.833</b>	<b>12.562.713</b>
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	11.842.021	-	11.842.021
Receita com a Construção de Ativos	430.886	-	430.886
Outras Receitas (i)	83.539	186.833	270.372
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19.434	-	19.434
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>			
Custo das Mercadorias e Serviços Públicos Vendidos	(5.393.506)	-	(5.393.506)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(229.638)	-	(229.638)
Gastos com a Construção de Ativos	(430.886)	-	(430.886)
Perdas/Recuperação de Ativos	11.079	-	11.079
Perdas com Clientes			
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>6.332.929</b>	<b>186.833</b>	<b>6.519.761</b>
Depreciação e Amortização	(261.055)	-	(261.055)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>	<b>6.071.874</b>	<b>186.833</b>	<b>6.258.706</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>			
Resultado de Equivalência Patrimonial	32.522	-	32.522
Receitas Financeiras (i)	415.396	(186.833)	228.563
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>6.519.792</b>	<b>-</b>	<b>6.519.792</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>			
Pessoal	(580.583)	-	(580.583)
Impostos, Taxas e Contribuições	(5.456.918)	-	(5.456.918)
Juros e Variações Cambiais	(335.095)	-	(335.095)
Aluguéis	(16.521)	-	(16.521)
Dividendos e JCP	(31.035)	-	(31.035)
Lucro Retido do Exercício	(99.639)	-	(99.639)
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>	<b>(6.519.792)</b>	<b>-</b>	<b>(6.519.792)</b>

(i) A receita de atualização do ativo financeiro de concessão (ativo indenizável), foi reclassificada de receita financeira para receita operacional por tratar-se de receita oriunda da atividade principal da entidade, juntamente com as receitas derivadas das tarifas calculadas sobre esse mesmo ativo financeiro.

### 3.2. Base de Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas.





**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

## **a) Método da Equivalência Patrimonial – MEP**

Nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora as Demonstrações Financeiras de controladas e coligadas, são reconhecidas pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP.

## **b) Principais Procedimentos de Consolidação**

Os principais procedimentos de consolidação estão abaixo descritos:

- i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- ii) Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas; e
- iii) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

## **c) Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado.

## **d) Coligadas**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

### **3.3. Apresentação de Informações por Segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o órgão principal na tomada de decisões operacionais, pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo (Nota 28).

### **3.4. Conversão de Moeda Estrangeira**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

### **3.5. Caixa e Equivalente de Caixa**

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### **3.6. Instrumentos Financeiros não Derivativos**

#### **3.6.1. Classificação**

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### **a) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mantidos para negociação ativa e frequente e classificados como ativos circulantes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações de ativos financeiros mensurados

ao valor justo são apresentados, na demonstração do resultado na rubrica "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

#### **b) Empréstimos e Recebíveis**

Fazem parte dessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis classificados como ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa; empréstimos das coligadas; bonificação de outorga; ativos de concessão – indenização; contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa de juros efetiva.

#### **c) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**

O grupo classifica como disponível para venda os recebíveis em virtude de indenização de infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição e investimentos temporários.

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

#### **3.6.2. Reconhecimento e Mensuração**

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável.

### **3.6.3. Compensação de Instrumentos Financeiros**

Ativos e Passivos Financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.6.4. *Impairment* de Ativos Financeiros**

O Grupo avalia, no final de cada período, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os prejuízos de *impairment* são incorridos somente quando houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado consolidada.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidada.

### **3.7. Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da perda estimada a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

### **3.8. Estoques**

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações, contabilizados pelo custo médio das compras no ativo circulante e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor.

### **3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

### 3.10. Depósitos Judiciais

A Companhia mantém registrado nesta rubrica valores, e suas atualizações, depositados para fazer jus ao contingenciamento dos processos judiciais (tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios, ambientais)

### 3.11. Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, obras civis e benfeitorias. É reconhecido inicialmente ao valor justo e posteriormente mantido ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- a) o custo de materiais e mão de obra direta;
- b) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- c) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos será revertido. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais de imobilizado).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	16,7
Máquinas e Equipamentos	15,0
Veículos	14,3
Móveis e Utensílios	6,3

  

Geração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	4,5
Máquinas e Equipamentos	7,6
Reservatórios, Barragens e Adutoras	12,0
Veículos	36,4
Móveis e Utensílios	7,8



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As usinas que não tiveram suas concessões renovadas conforme a MP nº 579/12, posteriormente convertida em Lei Federal nº 12.783, de 11 de Janeiro de 2013, são depreciadas com base no prazo da concessão conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 55/99.

### **3.12. Intangíveis**

Os intangíveis são demonstrados pelo custo combinado conforme abaixo:

- a) Os intangíveis são valorizados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis. Dependendo da natureza do ativo e do tempo de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição ou do seu montante anteriormente escriturado segundo as práticas brasileiras adotadas anteriores a adoção do ICPC 01 – Contratos de Concessão.
- b) As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registrados nas demonstrações financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

#### **3.12.1. Contratos de Concessões**

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando o Grupo tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura, e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços do Grupo.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que este trabalho gere benefícios econômico futuros.

Os ativos intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, dos dois o menor.

#### **3.12.2. Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível", nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e como “investimento” nas Demonstrações Financeiras Individuais.

### **3.12.3. Programas de Computador – *softwares***

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 17.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

### **3.12.4. Uso do Bem Público – UBP**

O UBP, instituído pela Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995 e alterações, é um fundo de propriedade da União constituído por recursos provenientes dos pagamentos pela concessão, ou autorização, outorgada a produtores independentes para geração de energia elétrica.

Para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

## **3.13. Ativo Financeiro**

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

### **3.13.1. Ativo Financeiro de Concessão – Indenizável**

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição e geração de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados no período de concessão. Estes ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda.

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e relacionadas à infraestrutura.





**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

A partir de 2012, com o advento da MP nº 579/2012 (convertida na Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013), o ativo financeiro de concessão de distribuição é mensurado pelo Valor Novo de Reposição – VNR, o qual é homologado pela ANEEL a cada ciclo de Revisão Tarifária Periódica – RTP.

Salienta-se que a revisão tarifária periódica da Celesc D ocorre a cada cinco anos, conforme contrato de concessão, e somente nessa data a Base de Remuneração Regulatória – BRR é homologada pela ANEEL pelo VNR depreciado.

Nos períodos entre as datas da Revisão Tarifária Periódica – RTP, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da BRR entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA como fator de atualização do valor justo da BRR.

### **3.13.2. Bonificação de Outorga**

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, teve a contabilização embasada no ICPC 01 – Contratos de Concessão, sendo considerado como ativo financeiro, classificado como “empréstimos e recebíveis”, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

Estes valores foram contabilizados inicialmente quando do pagamento na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida a Caixa e Equivalente de Caixa. Mensalmente o saldo é atualizado pela TIR e monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

### **3.14. Impairment de Ativos não Financeiros**

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Nesse caso, o valor recuperável é calculado para verificar a ocorrência de perda. Havendo perda, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa – UGCs.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Este procedimento não se aplica ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

### **3.15. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes**

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

#### **a) Ativo Financeiro – Parcela A – CVA**

A Companhia efetua o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros, registrando os valores em Outras Contas a Receber em contrapartida a Receita de Ativo Regulatório no resultado. (Nota 10)

#### **b) Subvenção e Repasse da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE**

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido. (Nota 10)

#### **c) Conta Bandeira Tarifária**

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica Ativo/Passivo Financeiro. (Nota 10)

### **3.16. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por fornecimento de energia, encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas no valor da fatura correspondente.

### **3.17. Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação, e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### **3.18. Debêntures**

A emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, destina-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

### **3.19. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

### **3.20. Benefícios a Empregados e Aposentados**

#### **a) Obrigações de Pensão**

O Grupo tem planos de benefício definido. Os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

plano. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

## **b) Outros Benefícios**

Os empregados da Celesc contam com benefícios incomuns no mercado de trabalho. As licenças especiais e outras vantagens vão muito além do previsto na CLT. A empresa investe forte em segurança e na qualidade de vida dos funcionários. E além do bem-estar no ambiente de trabalho, a empresa promove ações em prol das famílias dos celesquianos. Confira esses benefícios:

• Jornada Especial de Trabalho • Auxílio aos empregados com deficiência • Auxílio-enfermidade • Auxílio-médico e odontológico • Dia de licença para realização de exames preventivos • Programa de Reabilitação e Readaptação Profissional • Programa ViVA – Vivendo e Valorizando a Aposentadoria • Programa ReAja – Prevenção e Tratamento de Dependência Química • Seguro de Vida • Seguro de Invalidez • Custeio de despesas com acidente em serviço e outras doenças • Auxílio-babá – Auxílio-creche • Redução de Jornada: 20 horas para empregados que tenham dependentes com deficiência • Vacina contra gripe • Sistema de Compensação: Banco de Horas • Licença Maternidade: 180 dias • Licença Paternidade: 15 dias • Projeto Ginástica Laboral • Programa de Reabilitação e Readaptação Profissional • Projeto DST/HIV/AIDS • Programa Nutricional • PAE – Programa de Atendimento ao Empregado • GAT – Grupo de Apoio Terapêutico • Ações permanentes em Segurança no Trabalho.

## **c) Reconhecimento e Recompensa**

Além de salários alinhados ao mercado os empregados da Celesc têm garantida estabilidade no emprego e uma série de benefícios incomuns no mercado. A soma de vantagens representa ganhos, tanto financeiros, além de valorizar desempenho e antiguidade. Segue alguns exemplos de reconhecimento e recompensa em vigor na Celesc:



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

PLR – Participação nos Lucros e Resultados • Anuênio • Gratificação por 25 anos de trabalho • Auxílio para Empregado-estudante • Auxílio-alimentação • Auxílio-alimentação de Natal • Gratificação Adicional de Férias: empregados com mais de cinco anos de Empresa (+ 50%) • Licença-prêmio • Previdência Privada.

#### **d) Participação nos Lucros e Resultados – PLR**

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício, o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre a Companhia e seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

#### **3.21. Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio – JCP**

São reconhecidos como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O Estatuto Social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro anual ajustado sejam distribuídos como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. Valores acima do mínimo obrigatório, somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas. O benefício fiscal dos Juros sobre o Capital Próprio é reconhecido diretamente no resultado.

#### **3.22. Capital Social**

As ações Ordinárias e as Preferenciais são classificadas no Patrimônio Líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

#### **3.23. Reconhecimento de Receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada no curso normal das atividades do Grupo. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando:

- a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e

c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### **a) Fornecimento de Energia Elétrica**

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

#### **b) Disponibilidade da Rede Elétrica**

São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela própria Concessionária por meio de suas atividades.

#### **c) Suprimento de Energia Elétrica**

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

#### **d) Energia de Curto Prazo**

A Energia de Curto Prazo é um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

#### **e) Ativo e Passivo Financeiro**

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

#### **f) Receita de Construção**

Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos contratos de concessão do Grupo, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento de cada concessionária.

Em virtude da terceirização dessa atividade com partes não relacionadas, o Grupo considera a margem de construção irrelevante, e, dessa forma, não a utiliza no reconhecimento da receita de construção.

#### **g) Doações e Subvenções**

As receitas de doações e subvenções são reconhecidas pelo regime de competência conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. São reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a entidade cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização será a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução do passivo.

#### **h) Receita de Atualização da Bonificação de Outorga**

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do Ativo Financeiro deverá ser classificada como “Receita Operacional”.

Para cada usina existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga – RBO. A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

#### **i) Receita Financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

#### **j) Receita de Dividendos**

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

### **3.24. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações**

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016 e não tiveram impactos materiais para o Grupo.

**a) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível:** esclarece a definição da vida útil dos *softwares* e incrementou o método de amortização linear dos ativos intangíveis de vida útil definida.

**b) CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto:** ajustou os critérios das exceções à aplicação do método de equivalência patrimonial, e os procedimentos para o método de equivalência patrimonial.





**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**c) CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto:** explica que a contabilização de ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes da aquisição de uma participação em operação em conjunto em que a atividade da operação em conjunto constitui um negócio, aplicam-se na extensão da participação, todos os princípios sobre a contabilização de combinação de negócios do Pronunciamento Técnico CPC 15 e outros pronunciamentos, que não conflitem com as orientações deste pronunciamento. Incluiu também as especificações da contabilização da aquisição de participação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitui um negócio.

**d) CPC 20 (R1) – Custo de Empréstimos:** estabelece que não é requerido a aplicação desse pronunciamento para o ativo qualificável mensurado por valor justo.

**e) CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária:** estabelece que as notas explicativas compreendam as políticas contábeis significativas e outras informações significativas. Para as informações obrigatórias deve-se fazer referência cruzada do local que estas estão divulgadas.

**f) CPC 22 – Informações por Segmento:** clarificou a ilustração das informações descritivas sobre os segmentos informados pela entidade.

**g) CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras:** clarificou que as notas explicativas compreendem as políticas contábeis significativas e outras informações significativas. A Entidade não deve reduzir a compreensão das demonstrações contábeis pela agregação de itens materiais. A entidade não deve incluir informações nas notas explicativas requeridas por Pronunciamentos específicos se o resultado desta divulgação não for material. Permite uma maior segregação das contas do que o apresentado anteriormente no balanço patrimonial para permitir a maior compreensão das operações.

**h) CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada:** esclarece os procedimentos a serem feitos quando o ativo mantido para venda ou mantido para distribuição aos proprietários deixa de atender aos requisitos do CPC 31. Os efeitos dessa reclassificação devem ser contabilizados no resultado do período.

**i) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados:** esclarece os critérios serem utilizados como base para o cálculo da taxa de desconto. Adicionalmente explica que as alterações deste pronunciamento devem ser aplicadas desde o início do primeiro período comparativo apresentado nas demonstrações contábeis que a entidade aplicar essas alterações.

**j) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas:** esclarece as exceções na divulgação das demonstrações consolidadas relacionadas a não divulgação de demonstrações consolidadas quando a controladora for ela mesma uma controlada. Quando o controle for perdido o investimento bem como qualquer contas a pagar e a receber desta investida deve ser reconhecido de acordo com os CPC. Tal valor será considerado como o valor justo no reconhecimento inicial do ativo financeiro de acordo como CPC 38.

**k) CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** esclarecem as exceções na adoção inicial para a combinação de negócios aplicadas as





**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

aquisições do passado de investimentos em coligadas, de participações em empreendimentos controlados em conjunto e de participações em operação conjunta em que a atividade seja um negócio.

**I) CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** amplia e esclarece o entendimento que a entidade não tem mais envolvimento contínuo em ativo financeiro se como parte da transferência ela não reter qualquer dos direitos ou obrigações contratuais inerentes ao ativo financeiro.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2016 não são relevantes para o Grupo.

### **3.25. Novas Normas e Interpretações**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo *IASB* mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

- **IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”** – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do *IFRS 9* foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no *IAS 39*, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o *IFRS 9* traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

- **IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes”** – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a *IAS 11* – “Contratos de Construção”, *IAS 18* – “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

- **IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil”** – Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O *IFRS 16* entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o *IAS 17* – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

## **4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

### **4.1. Fatores de Risco Financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

### **4.2. Risco de Mercado**

#### **4.2.1. Risco Cambial**

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

#### **4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

### **4.3. Risco de Crédito**

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança.

### **4.4. Risco de Liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada e centralizada em área operacional específica da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é aplicado em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, sendo escolhidos instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de fluxos de caixas mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Consolidado							31 de Dezembro 2016
Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de 5 anos	Total
Contas a Receber		1.193.480	46.692	29.933	27.169	4.328	1.301.602
Caixa e Equivalente de Caixa		917.464	-	-	-	-	917.464
Subsídio Decreto nº 7.891/13 <sup>(ii)</sup>		-	-	1.229.741	-	-	1.229.741
Ativo Financeiro – CDE							
Bonificação Outorga	IPCA	2.400	4.753	21.980	115.141	243.335	387.609
<b>Total Ativo</b>		<b>2.113.344</b>	<b>51.445</b>	<b>1.281.654</b>	<b>142.310</b>	<b>247.663</b>	<b>3.836.416</b>
Empréstimo Bancário	110% a 121,5% CDI	15.255	28.699	135.089	94.343	-	273.386
Eletrobras	5% a.a.	2.226	4.330	19.611	31.122	3.803	61.092
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	651	929	4.764	34.270	8.953	49.567
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,3% a 2,5% a.a.	-	-	111.313	289.934	-	401.247
Debêntures – Celesc G	125% CDI	-	1.938	-	219.487	-	221.425
Fornecedores		457.624	162.073	5.403	-	-	625.100
Conta Desenvolvimento Energético – CDE <sup>(ii)</sup>		-	-	1.470.381	721.921	-	2.192.302
Reserva Matemática a amortizar	IPCA + 6%	10.479	8.179	39.104	307.079	376.968	741.809
Passivo Financeiro – “Parcela A” CVA	14,09% a.a. <sup>(i)</sup>	25.825	51.874	240.612	127.133	-	445.444
<b>Total Passivo</b>		<b>512.060</b>	<b>258.022</b>	<b>2.026.277</b>	<b>1.825.289</b>	<b>389.724</b>	<b>5.011.372</b>

(i) Taxa selic projetada para os próximos 12 meses.

(ii) A Celesc D buscando viabilizar e alcançar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, e o fim de uma discussão judicial, está em negociação com a Eletrobras para compensação dos créditos e débitos referentes à CDE. Ainda na negociação a distribuidora solicita o parcelamento, do saldo devedor remanescente, em 36 parcelas mensais objetivando a regularidade de suas obrigações setoriais.

## 4.5. Riscos Operacionais

### 4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

#### **4.5.2. Risco quanto à Produção de Energia Elétrica**

Os maiores riscos que podem impactar na produção de energia elétrica da Celesc G dependem principalmente de duas variáveis: (i) Afluência Média; (ii) Disponibilidade das Unidades Geradoras.

##### **(i) Afluência Média**

As PCHs e CGHs da Celesc G são do tipo fio d'água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico. Como forma de minimizar este risco, as Usinas da Celesc G fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. O MRE, de abrangência nacional, realoca contabilmente a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo, compartilhando assim os riscos hidrológicos entre os agentes associados.

##### **(ii) Disponibilidade das Unidades Geradoras**

Os riscos que impactam diretamente nesse item são ligados às áreas de operação e manutenção das Usinas da Celesc G. Para mitigar este risco a Celesc G iniciou um processo de modernização do parque gerador por meio da automação de suas unidades geradoras e da implantação de um Centro de Controle da Geração – COG, na sede da administração central. Também deu início à contratação de empresa especializada em realizar os serviços de operação e manutenção, de forma a complementar os serviços realizados pela equipe própria, fortalecendo o quadro operacional e melhorando a confiabilidade operacional de suas usinas.

#### **4.5.3. Risco de Não Renovação das Concessões**

A Companhia possui concessão de distribuição de energia elétrica e em 09 de dezembro de 2015 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica da Celesc D com vigência de 30 anos até 07 de julho de 2045.

Destaca-se, que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

Os indicadores de qualidade técnicos a serem medidos serão a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC, mede quantas horas uma Unidade Consumidora – UC ficou sem energia durante certo período, e a Frequência Equivalente de



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Interrupção por Unidade Consumidora – FEC, mede quantas vezes, em média, uma UC ficou sem energia.

Até 2017 a redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo limite dado pela Aneel para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de 25% de redução. Seguindo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.

Os indicadores financeiros que serão avaliados são:

i) Ebtida: Representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, quanto a Empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração efeitos financeiros e de impostos. Em resumo, é quanto a atividade operacional traz dinheiro para a Companhia.

ii) Ebitda QRR: Significa que a geração operacional de caixa deve ser suficiente para cobrir os gastos com Pessoal, Material, Serviços e Outros – PMSO e realizar o mínimo de investimentos necessários no sistema elétrico, de forma a garantir a qualidade do serviço.

iii) Dívida Líquida/Ebitda QRR: Mensura o risco e a capacidade financeira de pagar nossas dívidas, isto é, honrar obrigações assumidas (despesas, investimentos mínimos, dívida e demais passivos). Avalia se a geração de caixa é suficiente para cobrir os gastos com PMSO, investir no sistema de distribuição e cobrir o custo da dívida.

A manutenção da concessão está associada à sustentabilidade econômico-financeira da Celesc Distribuição. Para medir essa capacidade, a Aneel estipulou metas específicas, que serão medidas a partir de 2017.

Em 2017 o Ebitda deve ser maior ou igual a 0 (zero) e em 2018 Ebitda QRR maior ou igual a 0 (zero). Em relação a Dívida Líquida/Ebitda QRR o indicador estipulado pela ANEEL em 2019 deve ser menor ou igual a 9,71 (nove vírgula setenta e um) e em 2020 menor ou igual a 7 (sete).

A Companhia possui também concessão para prestação do serviço de geração, em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, tendo em 05 de janeiro de 2016, assinado o Contrato de Concessão nº 06/2016 da Usina Garcia e o Contrato de Concessão nº 07/2016 das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, de propriedade da Celesc G, que não tiveram a prorrogação antecipada de suas concessões, com vigência de 30 anos.

#### **4.5.4. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM**

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2016:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	(Cenário I)	(Cenário II)	Consolidado (Cenário III)
<b>CDI<sup>1</sup> (%)</b>			<b>12,15%</b>	<b>15,19%</b>	<b>18,23%</b>
	Aplicações Financeiras	848.667	103.113	128.891	154.670
	Empréstimos	(235.157)	(28.572)	(35.714)	(42.857)
	Debêntures	(454.760)	(55.253)	(69.067)	(82.880)
<b>SELIC</b>			<b>10,95%</b>	<b>13,68%</b>	<b>16,42%</b>
	Ativo Financeiro – Parcela A – CVA	(406.620)	(44.505)	(55.631)	(66.758)
<b>IPCA<sup>2</sup> (%)</b>			<b>6,29%</b>	<b>7,86%</b>	<b>9,44%</b>
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 12)	346.620	21.802	27.244	32.721
	Bonificação de Outorga	261.816	16.468	20.579	24.715
	Reserva Matemática a amortizar	(496.949)	(31.258)	(39.060)	(46.912)

#### 4.6. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Total dos Empréstimos	333.031	542.174

<sup>1</sup> Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT M17 com vencimento em 01/06/2017 – (fechamento 16/01/2017)

<sup>2</sup> IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Debêntures	454.760	600.731
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(917.464)	(922.047)
Dívida Líquida	(129.673)	220.858
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>2.075.843</b>	<b>2.224.728</b>
<b>Total do Capital</b>	<b>1.946.170</b>	<b>2.445.586</b>
Índice de Alavancagem Financeira (%)	-6,66%	9,03%

#### 4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2016. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição – Nível 1	Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>		
Caixa e Equivalentes	917.464	922.047
<b>Descrição – Nível 3</b>		
<b>Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>		
Ações	137.261	137.261
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>		
Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	261.816	-
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>		
Ativo Indenizatório (Concessão)	349.041	196.520
Outros	217	217
<b>Total do Ativo</b>	<b>748.335</b>	<b>333.998</b>

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (vide notas explicativas 8.1 e 12).

## 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2016.

Descrição	Nível	Consolidado				
		Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
<b>Ativo</b>						
Caixa e Equivalentes	1	-	917.464	-	-	917.464
Ações	3	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	-	346.620	-	346.620
Contas a Receber de Clientes		-	1.830.019	-	-	1.830.019
Subsídio Decreto nº 7.891/13 (NE 10)		-	1.229.741	-	-	1.229.741
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	-	261.816	-	-	261.816
Outros	3	-	-	217	-	217
		<b>137.261</b>	<b>4.239.040</b>	<b>346.837</b>	<b>-</b>	<b>4.723.138</b>
<b>Passivo</b>						
Fornecedores		-	-	-	625.100	625.100
Empréstimos		-	-	-	333.031	333.031
Debêntures		-	-	-	454.760	454.760
Reserva Matemática a Amortizar		-	-	-	496.950	496.950
Passivo Financeiro – Parcela “A” – CVA		-	406.620	-	-	406.620
		<b>-</b>	<b>406.620</b>	<b>-</b>	<b>1.909.841</b>	<b>2.316.461</b>



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2015.

Descrição	Nível					Consolidado
		Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
<b>Ativo</b>						
Caixa e Equivalentes	1	-	922.047	-	-	922.047
Ações	3	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	-	196.520	-	196.520
Contas a Receber de Clientes		-	1.967.430	-	-	1.967.430
Subsídio Decreto nº 7.891/13 (NE 10)		-	662.236	-	-	662.236
Ativo Financeiro – “Parcela A” – CVA	3	-	445.359	-	-	445.359
Outros	3	-	-	217	-	217
		<b>137.261</b>	<b>3.997.072</b>	<b>196.737</b>	<b>-</b>	<b>4.331.070</b>
<b>Passivo</b>						
Fornecedores		-	-	-	732.321	732.321
Empréstimos		-	-	-	542.174	542.174
Debêntures		-	-	-	600.731	600.731
Reserva Matemática a Amortizar		-	-	-	508.197	508.197
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.383.423</b>	<b>2.383.423</b>

## 6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição			Consolidado
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	
Contas a Receber de Clientes			
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	976.266	1.169.685	
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	225.187	245.193	
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	628.566	552.552	
	<b>1.830.019</b>	<b>1.967.430</b>	

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas

## 7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Recursos em Banco e em Caixa	38	36	68.797	42.481
Aplicações Financeiras	17.948	25.199	848.667	879.566
	<b>17.986</b>	<b>25.235</b>	<b>917.464</b>	<b>922.047</b>

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

## 8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os ativos não circulantes a valor justo por meio de resultado são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
<b>Valor Justo por Meio de Resultado</b>				
Ações Casan <sup>3</sup>	137.261	137.261	137.261	137.261
<b>Disponível para Venda</b>				
Outros Investimentos	217	217	217	217
<b>Não Circulante</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>

### 8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

<sup>3</sup> Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Em 2014 foi apurado o valor justo de R\$137.261. Em 2016, após nova avaliação, a Companhia entende que o valor justo da Casan deverá permanecer o valor de R\$137.261, haja vista, que baseado nas premissas utilizadas para os anos subsequentes, o valor apurado para o respectivo ano está próximo do valor apurado em 2014. A taxa de desconto nominal utilizada em 31 de dezembro de 2016 foi de 8,74% em termos nominais para fins de mensuração de fluxo de caixa descontado.

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

### a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
<b>Consumidores</b>					
Residencial	296.597	107.268	84.950	488.815	494.068
Industrial	226.088	43.820	375.117	645.025	750.295
Comércio, Serviços e Outros	202.633	38.858	83.328	324.819	353.315
Rural	59.383	13.452	10.368	83.203	79.109
Poder Público	57.607	1.327	13.300	72.234	74.067
Iluminação Pública	24.876	245	17.912	43.033	47.016
Serviço Público	20.731	941	1.331	23.003	24.104
	<b>887.915</b>	<b>205.911</b>	<b>586.306</b>	<b>1.680.132</b>	<b>1.821.974</b>
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>					
Concessionárias e Permissionárias	65.898	9.834	10.072	85.804	84.704
Transações no Âmbito da CCEE	23.671	-	10.583	34.254	30.102
Outros Créditos	(1.218)	9.442	21.605	29.829	30.650
	<b>88.351</b>	<b>19.276</b>	<b>42.260</b>	<b>149.887</b>	<b>145.456</b>
	<b>976.266</b>	<b>225.187</b>	<b>628.566</b>	<b>1.830.019</b>	<b>1.967.430</b>
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(528.417)	(476.628)
				<b>1.301.602</b>	<b>1.490.802</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.270.105</b>	<b>1.474.884</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>31.497</b>	<b>15.918</b>

Com a promulgação das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e 10.865, de 30 de abril de 2004 houve alteração na sistemática de apuração dos tributos referentes ao Programa de Integração Social – PIS, Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pois estas leis deram um novo tratamento a estes tributos, eliminando a cumulatividade em cada etapa da cadeia produtiva.

A partir desta alteração o custo efetivo do recolhimento dos tributos passa a ser variável, não havendo assim forma de antever o valor exato que será despendido pelas concessionárias para esta obrigação, pois o valor dos créditos apurados é determinante para calcular a alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, pois cada empresa possui uma estrutura de custos e despesas próprias, mesmo estando em igual setor econômico.

Os estudos dos procedimentos de apuração da alíquota efetiva indicaram que devem ser incluídas na base de cálculo da alíquota efetiva as receitas de Doações e Subvenções e Realização do Resultado Tributário – IN RFB 1.515, de 24 de novembro de 2015.

A análise elaborada destaca que a conta de receita de Subvenções e Doações agrupa as receitas derivadas de doações, contribuições e subvenções não destinadas a investimentos, que são repassadas à concessionária por meio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, compensando assim descontos que são dados para algumas categorias de consumidores, desta forma estariam relacionadas diretamente a prestação de serviço de distribuição de energia elétrica.

A Companhia contratou em 2015 parecer técnico da Ganin Advogados Associados que ratificou os entendimentos da inclusão das Receitas de Subvenções e Doações na composição da base de cálculo da alíquota efetiva do PIS/PASEP e COFINS, bem como realizar a cobrança retroativa de todos os consumidores.

A diferença apurada pela Celesc D do PIS/PASEP e da COFINS nos anos de 2013 a 2015 foi de R\$63,8 milhões. Deste total a Celesc D faturou de seus consumidores a partir de abril de 2016 até dezembro de 2016 o montante R\$55,8 milhões.

#### **b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes**

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
<b>Consumidores</b>		
Residencial	84.941	63.250
Industrial	177.639	152.712
Têxtil (i)	136.128	136.128
Comércio, Serviços e Outras	78.163	66.597
Rural	5.893	4.650
Poder Público	12.677	32.042
Iluminação Pública	16.600	15.586
Serviço Público	1.186	1.090
Concessionárias e Permissionárias (ii)	11.712	1.105
Outros	3.478	3.468
	<b>528.417</b>	<b>476.628</b>
<b>Circulante</b>	<b>392.289</b>	<b>340.500</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>136.128</b>	<b>136.128</b>

#### **i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil**

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Têxtil RenauxView S.A..

Em 2011, a Buettner S.A. entrou em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231.

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial sendo provisionado em 2012 o montante de R\$16.888.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

## **(ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF**

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do GSF nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R\$10.583 mil até dezembro de 2016. A Celesc G constituiu PECLD neste valor acima citado considerando que não há certeza acerca do recebimento pela liquidação no mercado de curto prazo face a controvérsia e a incerteza do deslinde do processo judicial.

### **b.1) Movimentação**

<b>Descrição</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Montante</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>496.062</b>
Provisão Constituída no Exercício	34.490
Baixas de Contas a Receber	(53.924)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>476.628</b>
Provisão Constituída no Exercício	78.970
Baixas de Contas a Receber	(27.181)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>528.417</b>

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**10. ATIVOS FINANCEIROS E OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES**

	<b>Consolidado</b>	
<b>Outros Créditos a Receber - Circulante</b>	<b>31 de dezembro 2016</b>	<b>31 de dezembro 2015</b>
Dividendos	7.959	682
Subsídio Decreto nº 7.891/2013 (i)	1.229.741	662.236
Pessoal a Disposição	4.280	3.072
Adiantamento Proinfra	13.484	15.091
Adiantamentos Diversos	3.087	2.997
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	51.626	34.488
Compartilhamento de Infraestrutura	11.808	3.337
Programa Baixa Renda	7.911	24.098
Ativos Financeiros – Parcela A (Nota 11.1)	-	248.458
Conta Bandeiras	45.005	-
Ativos Financeiros – Bonificação de Outorga (Nota 11.2)	28.242	-
Outras Contas	43.060	27.048
<b>Total Circulante</b>	<b>1.446.203</b>	<b>1.025.507</b>
<b>Outros Créditos a Receber – Não Circulante</b>		
Ativos Financeiros – Parcela A (Nota 11.1)	-	196.901
Ativos Financeiros – Bonificação de Outorga (Nota 11.2)	233.574	-
Outras contas	5.317	2.119
<b>Total Não Circulante</b>	<b>238.891</b>	<b>199.020</b>
<b>Total</b>	<b>1.685.094</b>	<b>1.224.527</b>

**(i) Subvenção e Repasse da CDE**

A ANEEL por meio da Nota Técnica nº 252, de 31 de julho de 2014, homologou o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à Celesc D, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$35.407, competência de agosto de 2014 a julho de 2015.

Em 27 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$40.102 com vigência de março a julho de 2015.

Em 30 de setembro de 2015, por meio da Nota Técnica nº 261, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$49.857 com vigência de agosto de 2015 a julho de 2016.

Em 16 de agosto de 2016, por meio da Resolução Homologatória nº 2.120/2016, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$43.701 com vigência de agosto de 2016 a julho de 2017. (Nota 23)

## 11. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

### 11.1. Parcela A – CVA

Consolidado										
Ativos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	31 de dezembro 2016	Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Ativa</b>	<b>991.706</b>	<b>(108.558)</b>	<b>(288.880)</b>	<b>(6.096)</b>	<b>(442.573)</b>	<b>145.599</b>	<b>48.232</b>	<b>97.367</b>	<b>80.688</b>	<b>64.911</b>
Energia	636.288	1.830	(232.963)	988	(316.008)	90.135	7.563	82.572	35.087	55.048
Proinfa	-	30.578	(12.252)	3.882	-	22.208	22.208	-	22.208	-
Transporte Rede Básica	32.982	18.463	(24.277)	3.047	-	30.215	16.730	13.485	21.225	8.990
Transporte de Energia	1.433	3.130	(1.943)	421	-	3.041	1.731	1.310	2.168	873
Encargos do Sistema de Serviço – ESS	126.565	-	-	-	(126.565)	-	-	-	-	-
CDE	194.438	(162.559)	(17.445)	(14.434)	-	-	-	-	-	-
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>96.738</b>	<b>90.482</b>	<b>(43.509)</b>	<b>-</b>	<b>(21.392)</b>	<b>122.319</b>	<b>52.764</b>	<b>69.555</b>	<b>75.949</b>	<b>46.370</b>
Neutralidade da Parcela A	60.948	89.543	(28.777)	-	-	121.714	52.159	69.555	75.344	46.370
Sobrecontratação de Energia	21.392	-	-	-	(21.392)	-	-	-	-	-
Outros	14.398	939	(14.732)	-	-	605	605	-	605	-
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>1.088.444</b>	<b>(18.076)</b>	<b>(332.389)</b>	<b>(6.096)</b>	<b>(463.965)</b>	<b>267.918</b>	<b>100.996</b>	<b>166.922</b>	<b>156.637</b>	<b>111.281</b>

Consolidado										
Passivos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	31 de dezembro 2016	Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Passiva</b>	<b>(614.149)</b>	<b>(376.255)</b>	<b>229.479</b>	<b>(40.654)</b>	<b>442.573</b>	<b>(359.006)</b>	<b>(123.560)</b>	<b>(235.446)</b>	<b>(202.043)</b>	<b>(156.963)</b>
Energia	(316.008)	4.951	-	(4.951)	316.008	-	-	-	-	-
Proinfa	(1.639)	555	1.053	31	-	-	-	-	-	-
Encargos do Sistema de Serviço – ESS	(296.502)	(218.594)	208.704	(23.489)	126.565	(203.316)	(87.814)	(115.502)	(126.315)	(77.001)
CDE	-	(163.167)	19.722	(12.245)	-	(155.690)	(35.746)	(119.944)	(75.728)	(79.962)
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(28.936)</b>	<b>(281.975)</b>	<b>7.544</b>	<b>(33.557)</b>	<b>21.392</b>	<b>(315.532)</b>	<b>(256.601)</b>	<b>(58.931)</b>	<b>(263.155)</b>	<b>(52.377)</b>
Sobrecontratação de Energia	(21.392)	(244.691)	-	(31.572)	21.392	(276.263)	(256.601)	(19.662)	(263.155)	(13.108)
Devoluções Tarifárias	-	(37.284)	-	(1.985)	-	(39.269)	-	(39.269)	-	(39.269)
Outros	(7.544)	-	7.544	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(643.085)</b>	<b>(658.230)</b>	<b>237.023</b>	<b>(74.211)</b>	<b>463.965</b>	<b>(674.538)</b>	<b>(380.161)</b>	<b>(294.377)</b>	<b>(465.198)</b>	<b>(209.340)</b>
<b>Total Ativos / (Passivos) Financeiros Setoriais</b>	<b>445.359</b>	<b>(676.306)</b>	<b>(95.366)</b>	<b>(80.307)</b>	<b>-</b>	<b>(406.620)</b>	<b>(279.165)</b>	<b>(127.455)</b>	<b>(308.561)</b>	<b>(98.059)</b>

Consolidado		
Descrição	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
CVA 2015 – Período de 08.08.2014 a 07.08.2015	-	100.961
CVA 2016 – Período de 08.08.2015 a 07.08.2016	(75.328)	276.597
CVA 2017 – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	(138.079)	-
<b>Total da Parcela A – CVA</b>	<b>(213.407)</b>	<b>377.558</b>
Outros Itens – Período de 08.08.2014 a 07.08.2015	-	6.854
Outros Itens – Período de 23.08.2015 a 22.08.2016	(203.836)	60.947
Outros Itens – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	10.623	-
<b>Total Outros Itens – CVA</b>	<b>(193.213)</b>	<b>67.801</b>
<b>Total</b>	<b>(406.620)</b>	<b>445.359</b>

O Ativo/Passivo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A ANEEL por meio do Despacho nº 2.078, de 02 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União – DOU, em 08 de agosto de 2016, reconheceu o recurso da Celesc D interposto em face do Despacho nº 2.642, de 2015, para, no mérito, dar parcial provimento, de modo a: a) considerar mais 2MW médios como exposição involuntária relativa a cessação de atividades e retorno ao mercado cativo de consumidores especiais e b) considerar mais 15,818MW médios como exposição involuntária em razão do reconhecimento de erro no preenchimento da declaração de necessidades de energia para o Leilão A-1 de 2013.

Sendo assim a Celesc D reconheceu no resultado de junho de 2016 o valor de R\$256.601, sendo R\$225.029 como redutora da Receita Operacional Bruta e R\$31.572 como Despesa Financeira, tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante), proveniente da diferença apurada pelo órgão regulador.

A Celesc D está adotando todas as medidas administrativas e judiciais necessárias com a finalidade de preservar os interesses da companhia, quanto ao reconhecimento do caráter involuntário dos 35,02MW médios não atendidos no recurso apresentado à ANEEL.

A Companhia, objetivando preservar seus direitos, ingressou com Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido liminar para que o órgão regulador reconsidere o que foi definido no Despacho 2.078. Diante do pedido da Companhia, a juíza da 6ª Vara da Justiça Federal, deferiu o pedido de tutela de urgência, cautelarmente, para determinar a suspensão, até ulterior determinação do Juízo, do impacto financeiro da ordem de R\$256,6 milhões, a ser aplicado pela ANEEL no processo de revisão tarifária da Celesc D decorrente da exposição desta no ano de 2014. Com base nessa decisão, os impactos decorrentes da Subcontratação de 2014 não foram incluídos da deliberação da Diretoria da ANEEL.

A Celesc D reconheceu ainda o montante de R\$19,7 milhões como redutora da Receita Operacional Bruta tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante e Não Circulante). O valor refere-se à sobras Involuntárias sinalizadas pela ANEEL na Nota Técnica nº 93/2016-SRM/ANEEL de 21 de março de 2016 e correspondem à 84,969 MW médios que elevaram o patamar de contratação de energia da



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Companhia para 105,91% fazendo com que o limite regulatório de 105% fosse ultrapassado em 0,91%.

## 11.2. Bonificação de Outorga

O valor pago pela Bonificação de Outorga – BO de R\$228,6 milhões foi pago em duas parcelas. A 1ª parcela da Bonificação da Outorga da Celesc G foi quitada em 04 de janeiro de 2016 no valor de R\$148,6 milhões correspondendo a 65% do total, ficando o débito da 2ª parcela de R\$80,0 milhões correspondendo a 35%. O montante atualizado pela taxa Selic registrado como “Outros Passivos Circulantes” no valor de R\$85,4 milhões, foi pago em 01 de julho de 2016.

A Receita Anual de Geração – RAG será reajustada anualmente pela ANEEL pelo IPCA, a partir 1º de julho de 2017. Dessa forma, o ativo financeiro está sendo atualizado mensalmente pelo índice estabelecido no contrato.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado: a) Deduzindo-se o valor mensal recebido de RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL 2.014/2016; b) Somando-se os juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR); c) Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo contrato de concessão.

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Consolidado
						Total
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	-	-	-	-	-	-
Ingressos	37.443	46.408	35.597	21.042	88.070	228.560
Atualização Monetária	2.327	3.324	2.553	1.501	6.336	16.041
Juros	4.527	6.153	4.555	3.147	10.083	28.465
Amortização/Baixa	(6.151)	(1.305)	(968)	(664)	(2.162)	(11.250)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>38.146</b>	<b>54.580</b>	<b>41.737</b>	<b>25.026</b>	<b>102.327</b>	<b>261.816</b>
					<b>Circulante</b>	<b>28.242</b>
					<b>Não Circulante</b>	<b>233.574</b>

## 12. ATIVO INDENIZATÓRIO – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
<b>Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)</b>	<b>346.620</b>	<b>196.520</b>
Em Serviço	145.731	116.702
Em Curso	200.889	79.818
<b>Ativo de Concessão – Geração de Energia (b)</b>	<b>2.421</b>	-
Ativo Indenizatório	2.421	-
<b>Total Não Circulante</b>	<b>349.041</b>	<b>196.520</b>

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a parcela que estava registrada no Ativo Financeiro e que será considerada na receita via tarifa durante o prazo da concessão foi transferida em 2015 para o Ativo Intangível. Para este cálculo foram considerados os critérios definidos na Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015 que estabelece as taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

#### **a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia**

	Consolidado
Descrição	
Em 31 de dezembro de 2014	2.890.451
(+) Novas Aplicações	322.126
(+) Ajuste VNR	186.833
(-) Transferência para Intangível - Renovação da Concessão	(3.162.280)
(-) Baixa	(40.610)
Em 31 de dezembro de 2015	196.520
(+) Novas Aplicações	143.204
(+) Ajuste VNR (i)	7.730
(-) Resgate	(834)
Em 31 de dezembro de 2016	346.620

A Companhia reconheceu no exercício de 2016, o montante de R\$7.730, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualizava sua Base de Remuneração Regulatória – BRR pelo IGP-M até o 3º Ciclo da Revisão Tarifária. A partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica será atualizado pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

Os Ativos Financeiros e Intangíveis de Concessão foram atualizados desde agosto de 2012, data da última Revisão Tarifária Periódica, pelo novo índice (IPCA).

#### **b) Ativo de Concessão – Geração de Energia**

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Investimentos em Usinas	Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
PCH Bracinho	85	-
PCH Cedros	195	-
PCH Salto	1.906	-
PCH Palmeiras	235	-
<b>Total</b>	<b>2.421</b>	<b>-</b>

### 13. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
ICMS <sup>4</sup>	-	-	39.481	39.140
PIS e COFINS <sup>5</sup>	-	-	21.223	407
IRPJ e CSLL <sup>6</sup>	-	2.298	59.475	131.399
Outros	2.813	101	19.567	2.952
<b>Total</b>	<b>2.813</b>	<b>2.399</b>	<b>139.746</b>	<b>173.898</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.813</b>	<b>2.399</b>	<b>121.761</b>	<b>158.667</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.985</b>	<b>15.231</b>

Os saldos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL é composto substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

### 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

#### a) Saldos e Transações

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo não circulante, são:

<sup>4</sup> Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

<sup>5</sup> Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

<sup>6</sup> Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

Descrição	Controladora
	Outros Créditos de Partes Relacionadas
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	
Governo do Estado de SC	
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	12.652
	<b>12.652</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	
Governo do Estado de SC	
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	5.984
	<b>5.984</b>

Descrição	Consolidado				
	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Outros Passivos de Partes Relacionadas
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>					
Governo do Estado de SC					
<i>ICMS</i>	177.055	39.140	-	-	-
<i>Contas a Receber</i>	-	-	8.602	-	-
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	-	-	-	12.652	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	18.343
	<b>177.055</b>	<b>39.140</b>	<b>8.602</b>	<b>13.140</b>	<b>18.343</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>					
Governo do Estado de SC					
<i>ICMS</i>	107.032	39.481	-	-	-
<i>Contas a Receber</i>	-	-	7.073	-	-
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	-	-	-	5.984	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	17.016
	<b>107.032</b>	<b>39.481</b>	<b>7.073</b>	<b>6.472</b>	<b>17.016</b>

A movimentação no resultado do exercício:

Descrição	Controladora
	Receitas Financeiras
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	
Governo do Estado de SC	
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	8.390
	<b>8.390</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	
Governo do Estado de SC	
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	430
	<b>430</b>

			Consolidado
Descrição	Tributos/ Deduções da Receita	Receita de Vendas	Receitas Financeiras
Em 31 de dezembro de 2015			
Governo do Estado de SC			
ICMS	1.038.248	-	-
Receita de Vendas	-	36.960	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-
	1.038.248	36.960	-
Em 31 de dezembro de 2016			
Governo do Estado de SC			
ICMS	1.988.137	-	-
Receita de Vendas	-	76.031	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	430
	1.988.137	76.031	430

### (i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou Convênio nº 007/95, Termo de Cooperação Técnica, com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

A Companhia recebeu do Acionista, Governo do Estado de Santa Catarina, o Ofício GAB/GOV nº 67/2016, datado de 23 de junho de 2016, autorizando a efetuar a retenção dos proventos (dividendos do exercício de 2015), a serem recebidos pelo acionista para abatimento do débito e, autoriza ainda, a deduzir o saldo remanescente em exercícios subsequentes até a extinção do referido débito.

Em 31 de dezembro de 2016 o valor atualizado monetariamente era de R\$5.984.

### b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31de dezembro 2016	31de dezembro 2015	31de dezembro 2016	31de dezembro 2015
<b>Administradores</b>				
Honorários	4.963	5.645	4.963	5.645
Encargos Sociais	1.664	1.177	1.664	1.177
Outros	160	87	160	87
	<b>6.787</b>	<b>6.909</b>	<b>6.787</b>	<b>6.909</b>

## 15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
<b>Controladas</b>				
Celesc D	1.311.796	1.501.051	-	-
Celesc G	389.742	372.169	-	-
	<u>1.701.538</u>	<u>1.873.220</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Controladas em Conjunto</b>				
SCGÁS	97.117	84.005	97.117	84.005
	<u>97.117</u>	<u>84.005</u>	<u>97.117</u>	<u>84.005</u>
<b>Coligadas</b>				
ECTE	52.860	45.486	52.860	45.486
DFESA	32.766	32.234	32.766	32.234
SPEs <sup>7</sup>	-	-	44.811	39.924
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	<u>85.626</u>	<u>77.720</u>	<u>130.437</u>	<u>117.644</u>
	<u><b>1.884.281</b></u>	<u><b>2.034.945</b></u>	<u><b>227.554</b></u>	<u><b>201.649</b></u>

### a) Informações sobre Investimentos

						Controladora
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2015						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.501.051	7.202.344	81.346
Celesc G	43.209	100%	100%	372.169	424.070	33.654
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	147.278	456.042	17.871
SCGÁS	1.827	17%	51%	250.167	423.837	5.925
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	139.964	156.042	113.506
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.739	(48)
Em 31 de dezembro de 2016						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.311.796	7.722.620	(52.530)
Celesc G	43.209	100%	100%	389.742	569.616	23.143
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	171.153	416.260	42.328
SCGÁS	1.827	17%	51%	335.933	510.385	116.171
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	142.276	151.563	34.312
Cubatão	1.600	40%	40%	1.601	5.739	(90)

<sup>7</sup> Sociedade de Propósito Específico.

Consolidado						
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2015						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	147.278	456.042	17.871
SCGÁS	1.827	17%	51%	250.167	423.837	5.925
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	139.964	156.042	113.506
Cubatão	1.600	40%	40%	1.643	5.739	(48)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	35.162	61.960	170
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.537	5.537	(12)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30%	30%	6.044	6.470	(91)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.705	25%	25%	33.542	58.286	851
Xavantina Energética S.A.	163	40%	40%	19.688	45.398	(465)
Garça Branca Energética S.A.	7.053	49%	49%	11.038	12.639	(400)
Em 31 de dezembro de 2016						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	171.153	416.260	42.328
SCGÁS	1.827	17%	51%	335.933	510.385	116.171
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	142.276	151.563	34.312
Cubatão	1.600	40%	40%	1.601	5.739	(90)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	35.590	58.921	612
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.561	5.561	(22)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30 %	30%	6.056	6.469	(102)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	37.330	58.833	4.798
Xavantina Energética S.A.	216	40%	40%	23.826	43.466	(2.294)
Garça Branca Energética S.A.	9.503	49%	49%	16.232	46.175	(1.528)

## b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.651.364</b>	<b>351.334</b>	<b>46.817</b>	<b>84.718</b>	<b>26.689</b>	<b>2.160.922</b>
Dividendos e JCP Creditados	(37.542)	(12.819)	(6.850)	(252)	(20.596)	(78.059)
Amortização Ágio – Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	81.346	33.654	5.519	1.007	26.141	147.667
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(194.117)	-	-	-	-	(194.117)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.501.051</b>	<b>372.169</b>	<b>45.486</b>	<b>84.005</b>	<b>32.234</b>	<b>2.034.945</b>
Dividendos e JCP Creditados	(3.864)	(7.570)	(5.699)	(5.168)	(7.370)	(29.671)
Amortização Ágio – Concessão	-	-	-	(1.469)	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(52.530)	25.143	13.073	19.749	7.902	13.337
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(132.861)	-	-	-	-	(132.861)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.311.796</b>	<b>389.742</b>	<b>52.860</b>	<b>97.117</b>	<b>32.766</b>	<b>1.884.281</b>

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>46.817</b>	<b>84.718</b>	<b>26.689</b>	<b>37.397</b>	<b>195.621</b>
Integralizações	-	-	-	10.956	10.956
Dividendos e JCP Creditados	(6.850)	(252)	(20.596)	-	(27.698)
Amortização Ágio – Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.519	1.007	26.141	(145)	32.522
Redução de Capital Social	-	-	-	(8.288)	(8.288)
Outros Ajustes	-	-	-	4	4
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>45.486</b>	<b>84.005</b>	<b>32.234</b>	<b>39.924</b>	<b>201.649</b>
Integralizações	-	-	-	5.103	5.103
Dividendos e JCP Creditados	(5.699)	(5.168)	(7.370)	(250)	(18.487)
Amortização Ágio – Concessão	-	(1.469)	-	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.073	19.749	7.902	(301)	40.423
Aumento de Capital Social	-	-	-	395	395
Outros Ajustes	-	-	-	(60)	(60)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>52.860</b>	<b>97.117</b>	<b>32.766</b>	<b>44.811</b>	<b>227.554</b>

O saldo do ágio gerado na aquisição da SCGÁS no exercício de 2016 é de R\$40.008 (R\$41.476 em 2015). O ágio é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

## 16. IMOBILIZADO

### a) Composição do Saldo



							Consolidado
Descrição	Terre- nos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Constru- ções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>7.824</b>	<b>47.375</b>	<b>2.082</b>	<b>13.055</b>	<b>712</b>	<b>161.302</b>	<b>232.350</b>
Adições	-	-	-	-	-	9.480	9.480
Baixas	-	-	-	-	-	(171)	( 171)
Depreciação	(4.283)	(30.505)	(4.094)	(20.933)	(228)	-	(60.043)
(+/-) Transferências	166	3.801	36.851	106.374	(175)	(147.017)	-
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos (i)	1.463	1.589	(5.306)	(15.580)	(5)	-	(17.839)
Realização de Provisão para Perdas	187	3.130	998	6.657	107	-	11.079
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>5.357</b>	<b>25.390</b>	<b>30.531</b>	<b>89.573</b>	<b>411</b>	<b>23.594</b>	<b>174.856</b>
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.932	171.717	1.537	23.594	455.807
Provisão para Perdas	(10.562)	(37.483)	(5.179)	(16.316)	70	-	(69.470)
Depreciação Acumulada	(4.283)	(125.952)	(14.222)	(65.828)	(1.196)	-	(211.481)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>5.357</b>	<b>25.390</b>	<b>30.531</b>	<b>89.573</b>	<b>411</b>	<b>23.594</b>	<b>174.856</b>
Adições	-	-	-	-	-	1.194	1.194
Indenização Final da Concessão	-	-	(64)	(2.357)	-	-	(2.421)
Baixas	-	-	-	-	-	(267)	(267)
Depreciação	(3.045)	(17.798)	(1.690)	(10.386)	(86)	-	(33.005)
(+/-) Transferências	-	-	-	2.876	-	(2.876)	-
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos (i)	1.632	10.397	(652)	400	3	-	11.780
Realização de Provisão para Perdas	39	2.606	519	3.188	6	-	6.358
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.983</b>	<b>20.595</b>	<b>28.644</b>	<b>83.294</b>	<b>334</b>	<b>21.645</b>	<b>158.495</b>
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.868	172.236	1.537	21.645	454.313
Provisão para Perdas	(8.891)	(24.480)	(5.312)	(12.728)	79	-	(51.332)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(143.750)	(15.912)	(76.214)	(1.282)	-	(244.486)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.893</b>	<b>20.595</b>	<b>28.644</b>	<b>83.294</b>	<b>334</b>	<b>21.645</b>	<b>158.495</b>
Taxa Média de Depreciação	2%	12%	5%	8%	14%	0%	

(i) Em 2016 foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$9.500 e Reversão Valor Recuperável de Ativos no valor de R\$21.280.

Esses valores foram contabilizados na Demonstração de Resultado, na linha Provisões Líquidas, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

O método de avaliação utilizado é o Valor em Uso, consubstanciado na metodologia do fluxo de caixa descontado. Para a análise do Parque Gerador Próprio da Celesc G, procedeu-se o levantamento dos fluxos de caixa pertinentes às diversas Unidades Geradoras de Caixa – UGC, individualmente, buscando-se canalizar os fluxos operacionais de cada unidade. Considerou-se uma UGC cada usina participante do parque gerador, projetando-se para cada uma dessas, as receitas, custos e despesas, investimentos em manutenção e não em expansões ou otimizações, provenientes de cada negócio e as variações de capital de giro, pertinentes a essas unidades, antes dos impostos e dos efeitos de depreciação.

As Usinas nas quais as concessões não foram renovadas, conforme a Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e que foram objeto do Leilão nº 12/2015, tiveram seus ativos



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

totalmente depreciados até o final da concessão e não foi calculado *valuation* sendo solicitada a indenização de investimentos (Nota 12).

Encontram-se nessa condição as usinas Palmeiras, Bracinho, Garcia, Cedros e Salto. A contabilização do valor da outorga desses ativos estão registrados contabilmente no Ativo Financeiro, indicando o valor presente de seus fluxos, tornando desnecessários ajustes referentes a *Impairment*.

Para quase todas as unidades, foram utilizadas projeções até o fim de suas concessões ou prazo de outorga, em função do nível de maior certeza dessas projeções, dados os contratos firmados e existentes de demanda de energia realizados pela empresa, bem como pela própria dinâmica de negociação do excedente gerado de energia, conforme regulação prevista. Apenas para usinas sem término de concessão foram estipulados 20 anos de fluxo de caixa como projeção, com reversão de valores ainda não amortizados ao fim desse período. Este foi o caso das usinas Caveiras, São Lourenço, Rio do Peixe, Ivo Silveira e Pirai.

Para a projeção do investimento de janeiro de 2017 a julho de 2020 foram utilizados os dados do orçamento projetado pela Celesc G. Posteriormente a julho de 2020 são projetados desembolsos de acordo com a premissa de 1% ao ano do Capex de Referência, calculado com base na potência instalada e aplicado de 5 em 5 anos.

A taxa é dada por parâmetros de valores geralmente oferecidos por títulos do governo, incorporam risco específico da atividade e é calculada com base no modelo de avaliação de ativos – *Capital Asset Pricing Model* – *CAPM*. Por meio desse modelo, calcula-se o custo de capital próprio ( $K_e$ ) do projeto, que é muito utilizado em modelos de concessão e que utilizam os fluxos líquidos disponíveis ao acionista. A taxa de desconto utilizada foi de 10,53%.

Em suma, a avaliação utilizou-se da metodologia do Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na hipótese que o valor de uma empresa depende da sua capacidade de geração de riqueza no futuro.

Como esse valor a ser produzido se dará em universos de tempo distintos, todos devem ser trazidos a valor presente por uma taxa de desconto que reflita os riscos inerentes ao fluxo estimado, isto é, uma taxa de atratividade que refletirá o custo de oportunidade dos vários provedores de capital do negócio, como também incorpore o risco da atividade.

Os valores de perda (reversão) do valor recuperável dos ativos por Unidade Geradora de Caixa – UGC, registrados no exercício de 2016, estão demonstrados a seguir:

							Consolidado
Tipo de Ativo	Ativo	Saldo Líquido antes do Teste de Impairment	Valuation	Indenização	Provisões	Reversões	Impacto no Resultado
Imobilizado	Caveiras	2.400	21.552	-	-	14.123	14.123
	Celso Ramos	136	3.895	-	-	3.759	3.759
	Ivo Silveira	186	18.261	-	-	-	-
	Pery	115.962	111.763	-	(4.199)	-	(4.199)
	Piraiá	1.620	670	-	(950)	-	(950)
	Rio do Peixe	60	3.707	-	-	3.222	3.222
	São Lourenço	3.432	(699)	-	(3.432)	-	(3.432)
	Palmeiras	78	-	235	-	157	157
	Bracinho	66	-	85	-	19	19
	Cedros	1.088	-	195	(893)	-	(893)
	Salto	1.932	-	1.906	(26)	-	(26)
<b>Total</b>		<b>126.960</b>	<b>159.149</b>	<b>2.421</b>	<b>(9.500)</b>	<b>21.280</b>	<b>11.780</b>

## 17. INTANGÍVEL

		Controladora	
Descrição	31 de dezembro 2015	Amortizações	31 de dezembro 2016
Ágio Aquisição ECTE	7.457	(502)	6.955

							Consolidado
Descrição	Contratos de Concessão (a) Celesc D	Software Adquiridos	Ágio	Uso do Bem Público (b) Celesc G	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>3.055.684</b>	<b>1.088</b>	<b>7.457</b>	<b>2.746</b>	<b>70</b>	<b>3.775</b>	<b>3.070.820</b>
Custo Total	4.144.573	2.720	14.248	6.533	70	3.775	4.171.919
Amortização Acumulada	(1.088.889)	(1.632)	(6.791)	(3.787)	-	-	(1.101.099)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>3.055.684</b>	<b>1.088</b>	<b>7.457</b>	<b>2.746</b>	<b>70</b>	<b>3.775</b>	<b>3.070.820</b>
Adições	403.648	-	-	160	-	614	404.422
(-) Obrigações Especiais/ Ultrapassagem e Excedente Reativo	(175.750)	-	-	-	-	-	(175.750)
Baixas	(39.412)	-	-	-	-	-	(39.412)
Amortizações	(197.216)	(1.299)	(502)	(2.085)	-	-	(201.102)
Transferência	-	3.775	-	-	-	(3.775)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.046.954</b>	<b>3.564</b>	<b>6.955</b>	<b>821</b>	<b>70</b>	<b>614</b>	<b>3.058.978</b>
Custo Total	4.333.059	6.495	14.248	6.693	70	614	4.361.179
Amortização Acumulada	(1.286.105)	(2.931)	(7.293)	(5.872)	-	-	(1.302.201)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.046.954</b>	<b>3.564</b>	<b>6.955</b>	<b>821</b>	<b>70</b>	<b>614</b>	<b>3.058.978</b>
Taxa Média de Amortização	5,8%	20%	3,5%	31%	0%	0%	

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

#### **a) Contratos de Concessão**

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contratos de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (Obrigações Especiais)

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

#### **b) Uso do Bem Público**

Em 11 de julho de 2013 foi assinado o contrato de concessão nº 006/2013, decorrente da alteração de regime de exploração formalizada pelo quarto termo aditivo ao contrato de concessão para geração de energia elétrica nº 55/99, tendo como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica.

Tal contrato prevê o recolhimento à Eletrobras, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH, de quota mensal de Uso de Bem Público – UBP definida em contrato, atualizada monetariamente pela variação do IPCA. A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação.

Em 2016 a amortização anual foi de R\$2.085 mil. Em 31 de dezembro de 2016 o respectivo saldo passivo é de R\$753 mil. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração de 7,78% para as UHEs Caveiras e Palmeiras e de 8,90% para as demais PCHs.

Os montantes, por Usina, recolhidos no exercício de 2016 foram:

Centrais Geradoras	Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
UHE Garcia	-	26
CGH Ivo Silveira	-	7
UHE Cedros	27	25
UHE Salto	21	19
UHE Bracinho	32	29
UHE Palmeiras	39	39
PCH Pery	66	61
UHE Caveiras	7	7
PCH Celso Ramos	15	14

## 18. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

### a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
<b>Diferenças temporárias</b>						
Provisão para Contingências	116.445	127.217	-	-	116.445	127.217
Provisão para Perdas em Ativos	63.557	70.640	-	-	63.557	70.640
Benefício Pós-Emprego	361.153	305.565	-	-	361.153	305.565
Custo Atribuído	-	-	11.520	22.580	(11.520)	(22.580)
IRPJ e CSLL Diferidos s/ Prejuízo Fiscal	-	25.260	-	-	-	25.260
Efeitos do ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	60.395	62.514	(60.395)	(62.514)
Efeitos do CPC 38 – Instrumentos Financeiros	-	-	74.417	77.027	(74.417)	(77.027)
Parcela A – CVA	215.992	2.565	91.092	153.988	124.900	(151.423)
Bonificação de Outorga	3.040	-	15.132	-	(12.092)	-
Outras Provisões	-	-	620	1.183	(620)	(1.183)
	<b>760.187</b>	<b>531.247</b>	<b>253.176</b>	<b>317.292</b>	<b>507.011</b>	<b>213.955</b>

	Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Ativo	514.870	214.282
Passivo	(7.859)	(327)
<b>Tributo Diferido Líquido</b>	<b>507.011</b>	<b>213.955</b>

### b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização tem como base o Plano de Ação para Demonstrar a Sustentabilidade Econômico-Financeira da Celesc D apresentado para a ANEEL em novembro de 2013.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. Os tributos diferidos relativos à Bonificação de Outorga serão realizados de acordo com o prazo determinado no contrato de concessão das usinas.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições. Os tributos diferidos da Parcela A – CVA serão realizados à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2016 são:

Ano	Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
2016	-	99.486
2017	209.936	66.325
2018	171.335	63.393
2019	59.155	62.786
Acima de 2019	319.761	239.257
<b>Total</b>	<b>760.187</b>	<b>531.247</b>

### c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
<b>Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e a CSLL</b>	<b>(9.817)</b>	<b>130.674</b>	<b>(26.553)</b>	<b>174.050</b>
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
<b>IRPJ e SCLL</b>	<b>3.338</b>	<b>(44.429)</b>	<b>9.028</b>	<b>(59.177)</b>
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	4.535	50.207	13.744	11.057
Benefício Fiscal	-	-	(1.875)	178
Incentivo Fiscal	(4)	-	9.079	(57)
Juro Sobre Capital Próprio	(1.085)	(412)	(1.085)	(412)
Provisões Indedutíveis	(670)	(176)	(670)	(836)
Multas Indedutíveis	-	-	(4.572)	(3.951)
IRPJ/CSLL sobre Prejuízo Fiscal	(6.030)	-	(6.030)	-
Participação dos Administradores	(183)	(131)	(232)	(167)
Depreciação/Baixas VNR	-	-	(13)	(13.394)
Repasse CDE	-	-	-	(4.932)
Custo Atribuído	-	-	-	15.013
Outras Adições (Exclusões)	99	(5.059)	(638)	13.302
	-	-	<b>16.736</b>	<b>(43.376)</b>
<b>Corrente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(207.877)</b>	<b>(42.675)</b>
<b>Diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>224.613</b>	<b>(701)</b>
<b>Taxa Efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-63,03%</b>	<b>-24,92%</b>

#### **d) Lei Federal nº 12.973 de 13 de Maio de 2014**

A Companhia vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS em conformidade com a Lei Federal nº 12.973, de 13 de maio de 2014 e Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil nº 1.515 de 24 de novembro de 2014 e nº 1.556 de 31 de março de 2015.

A Celesc e sua subsidiária Celesc G abriram subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados, conforme a legislação societária, e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Na Celesc D as diferenças positivas e negativas foram apuradas conforme o artigo 69 da Lei Federal nº 12.973/14 e os seus efeitos serão realizados pelo prazo vigente de concessão.

## **19. FORNECEDORES**

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Energia Elétrica	483.833	558.302
Encargos de Uso da Rede Elétrica	41.503	36.730
Materiais e Serviços	98.423	78.901
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	1.341	58.388
	<b>625.100</b>	<b>732.321</b>

## **20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

Descrição	Taxa de Juros e Comissões %	Consolidado	
		31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Empréstimos Bancários (a)	110 a 121,5 CDI	235.157	416.921
Eletrobras (b)	5,00 a.a.	56.316	89.435
Finame (c)	2,5 a 8,7 a.a.	41.558	35.818
<b>Total</b>		<b>333.031</b>	<b>542.174</b>
<b>Circulante</b>		<b>202.996</b>	<b>217.157</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>130.035</b>	<b>325.017</b>

#### **a) Empréstimos Bancários**

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se a três contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de capital de giro.

A primeira contratação, no valor de R\$90 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil em abril de 2014, com remuneração à taxa equivalente a 116% do CDI. Foi oferecida uma carência de 6 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 18 parcelas mensais. O contrato foi totalmente liquidado em março de 2016.

A segunda contratação, no valor de R\$300 milhões, foi efetuada junto à Caixa Econômica Federal em junho de 2014, com remuneração à taxa equivalente a 121,5% do CDI. Em abril de 2015, o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado para 38 meses, com carência de 8 meses. A amortização final está prevista para junho de 2018.

A terceira contratação, no valor de R\$100 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil em janeiro de 2015, com remuneração à taxa equivalente a 110% do CDI. Foi oferecida uma carência de 12 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 24 parcelas mensais. A amortização final está prevista para janeiro de 2018.

#### **b) Eletrobras**

Os recursos destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, alguns em mais parcelas, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. As garantias são os recebíveis e todos os contratos possuem anuência da ANEEL.

#### **c) Finame**

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a 9,5% a.a..

O valor contratado pode chegar a R\$50 milhões e as amortizações são previstas para 96 parcelas mensais. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos de 2011 e 2012. Entretanto, ocorreram aplicações em 2013 e ainda poderão acontecer até 2017. Todos os contratos possuem anuência da ANEEL e, em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da empresa.

### **20.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo**

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:



Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Ano 2017 – 1T – 2T	-	100.720
Ano 2017 – 3T – 4T	-	100.572
Ano 2018	87.783	90.123
Ano 2019	17.349	15.524
Ano 2020	9.274	7.448
Ano 2021	6.260	4.430
Ano 2022 +	9.369	6.200
	<b>130.035</b>	<b>325.017</b>

## 20.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>322.586</b>	<b>233.879</b>	<b>556.465</b>
Ingressos	-	406.176	406.176
Encargos Provisionados	73.264	-	73.264
Transferências	315.038	(315.038)	-
Amortizações de Principal	(421.351)	-	(421.351)
Pagamentos de Encargos	(72.380)	-	(72.380)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>217.157</b>	<b>325.017</b>	<b>542.174</b>
Ingressos	-	11.106	11.106
Encargos Provisionados	57.703	-	57.703
Transferências	206.088	(206.088)	-
Amortizações de Principal	(219.373)	-	(219.373)
Pagamentos de Encargos	(58.579)	-	(58.579)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>202.996</b>	<b>130.035</b>	<b>333.031</b>

## 21. DEBÊNTURES

### 21.1. Debêntures – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de maio de 2013, 30 mil Debêntures no valor nominal unitário de R\$10 mil, totalizando R\$300 milhões, com vencimento para 15 de maio de 2019. Os recursos dessa emissão foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,3%.

A amortização será em 3 parcelas anuais e consecutivas, a partir de 15 de maio de 2017, e a remuneração em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 15 de novembro de 2013. Até o momento foram efetuados pagamentos apenas de parcelas da remuneração no montante de R\$136 milhões.



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Em reunião, no dia 12 de agosto de 2015, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos por meio de uma segunda emissão de Debêntures.

Assim, em 10 de setembro de 2015 a Celesc D emitiu mais 3 mil Debêntures, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, no valor nominal unitário de R\$100 mil, totalizando R\$300 milhões, vencidos em 10 de setembro de 2016. Os recursos dessa emissão também foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 2,5%.

A amortização foi prevista em parcela única em seu vencimento, e a remuneração em parcelas mensais e consecutivas, sem carência, a partir de 10 de outubro de 2015. O contrato foi liquidado em seu vencimento e foram efetuados pagamentos de parcelas da remuneração no montante de R\$47,4 milhões.

A partir de 2014, ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação.

## **21.2. Debêntures – Celesc G**

Em 03 de março 2016 ocorreu a primeira emissão de Debêntures da Celesc G. O valor total da emissão foi de R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais), em uma única série, constituída por 15.000 (quinze mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais).

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, tendo vencimento no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da emissão, sem atualização monetária. Os juros remuneratórios corresponderão a 125% (cento e vinte e cinco por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósitos Interfinanceiros – DI e serão pagos trimestralmente, sem carência, nos meses de junho, setembro, dezembro e março, sendo o primeiro pagamento devido em 03 de junho de 2016 e o último pagamento devido na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e de amortização extraordinária.

O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado integralmente na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures resultante do resgate antecipado, de amortização extraordinária ou na data do vencimento antecipado das Debêntures.

A partir de 2016, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5, nos dois primeiros semestres, e superior a 2 nos dois últimos semestres. O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar no vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação.

#### a) Movimentação das Debêntures:

Consolidado	
Descrição	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>302.888</b>
Ingressos	291.000
Atualização Monetária	56.982
Pagamentos	(53.258)
Custos na Emissão de Debêntures	3.119
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>600.731</b>
Ingressos	151.850
Atualização Monetária	98.778
Pagamentos Encargos	(99.466)
Pagamentos Principal	(300.000)
Custos na Emissão de Debêntures	2.867
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>454.760</b>
<b>Circulante</b>	<b>107.156</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>347.604</b>

## 22. OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

#### a) Composição

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
ICMS	-	-	107.032	177.055
PIS e COFINS	306	412	40.761	59.106
IRPJ e CSLL	-	-	4.302	23.738
Outros	71	99	6.421	9.801
<b>Circulante</b>	<b>377</b>	<b>511</b>	<b>158.516</b>	<b>269.700</b>

## 23. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Programa de Eficiência Energética – PEE	162.351	162.633
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	79.500	72.952
Encargo Conta Bandeira Tarifária (i)	-	34.289
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	77.487	69.606
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (ii)	2.192.302	1.324.463
Uso do Bem Público	753	2.786
Outros	1.209	5.546
<b>Total</b>	<b>2.513.602</b>	<b>1.672.275</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.298.120</b>	<b>1.415.572</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>215.482</b>	<b>256.703</b>

(i) A ANEEL, por meio do Ofício Circular/SFF nº 1.857 de 07 de abril de 2015, orientou as Distribuidoras de Energia a reconhecer a Receita com Bandeira Tarifária referentes ao fornecimento não faturado em Deduções da Receita Bruta em contrapartida de outros encargos (Passivo). E simultaneamente reconhecer o mesmo valor em Contas a Receber (Ativo) em contrapartida a Receita Bruta.

(ii) A Celesc D interpôs Ação Ordinária Judicial visando a compensação dos valores devidos e creditórios existentes com a Eletrobras, obtendo liminar favorável. A referida ação judicial, objetiva, em termos práticos, apenas garantir que as cotas de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE devidas à Celesc D pela Eletrobras, sejam reconhecidas pelo juízo como recurso financeiro suficiente à adimplência das obrigações da Celesc D para com a Eletrobras, do mesmo modo, nas parcelas de CDE definidas por essa agência reguladora.

CDE	Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Valor CDE a Pagar	2.192.302	1.324.463
Valor CDE a Receber	1.229.741	662.236
<b>Valor CDE Líquido a Pagar</b>	<b>962.561</b>	<b>662.227</b>

Os valores mensais, referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, são devidos pela Eletrobras à Celesc D.

O não recebimento destes valores comprometeu seriamente o fluxo de caixa da Celesc D, que se esforçou em manter-se adimplente perante as suas obrigações intrassetoriais até o limite de comprometimento do seu fluxo de caixa (Notas 4.4 e 10).

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.077, de 07 de junho de 2016, homologou as cotas de CDE Uso no valor mensal de R\$54.545 e as cotas de CDE Energia no valor mensal de R\$21.159, para os meses de junho a dezembro de 2016.

## 24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Contingências:				
Tributária	2.117	2.154	1.263	1.263
Trabalhistas	1.486	1.063	29	-
Cíveis	5.472	5.450	51	-
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	5.174
	<b>17.257</b>	<b>16.849</b>	<b>6.517</b>	<b>6.437</b>

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Contingências:				
Tributária	3.744	3.782	60.504	22.324
Trabalhistas	40.105	45.907	46.480	50.443
Cíveis	31.239	61.936	114.583	153.269
Regulatórias	49.248	49.248	37.107	51.518
Ambientais		-	23.048	24.273
	<b>124.336</b>	<b>160.873</b>	<b>281.722</b>	<b>301.827</b>

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>16.849</b>	<b>6.437</b>	<b>160.873</b>	<b>301.827</b>
Adições	485	80	73.368	74.255
Baixas	(77)	-	(109.905)	(94.360)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>17.257</b>	<b>6.517</b>	<b>124.336</b>	<b>281.722</b>

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

#### **a) Contingências Tributárias**

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal (relativos aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) na municipal (relativo ao ISS).

#### **b) Contingências Trabalhistas**

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

#### **c) Contingências Cíveis**

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Concessionária de Energia Elétrica: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-federal), concurso público, dentre outras.

#### **d) Contingências Regulatórias**

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

Nos meses de agosto e setembro de 2016 houve reversões de provisões regulatórias, relacionadas a autos de infração da ANEEL, no montante de R\$14.272.

#### **e) Contingências Ambientais**

Tratam-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc.

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

O Grupo também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Tributárias (i)	34.291	2.253
Trabalhistas (ii)	16.763	13.408
Cíveis (iii)	115.983	51.366
Regulatórias (iv)	109.053	32.701
Ambientais (v)	22.638	16.292
	<b>298.728</b>	<b>116.020</b>

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

#### **i) Contingências Tributárias**

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

#### **ii) Contingências Trabalhistas**

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, garantia contratual e verbas rescisórias e outras.

#### **iii) Contingências Cíveis**

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

#### **iv) Contingências Regulatórias**

Estão relacionadas as autuações pelo suposto descumprimento de obrigações regulatórias, não adequação do sistema de medição para faturamentos relativos a pontos de medição de fronteira de consumidores livres, procedimentos de não conformidades com a legislação e com os regulamentos da ANEEL.

#### **v) Contingências Ambientais**

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

## 25. PASSIVO ATUARIAL

Obrigações Registradas	Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
<b>Planos Previdenciários</b>	<b>870.307</b>	<b>789.350</b>
Plano Misto/Transitório (a)	870.307	789.350
<b>Outros Benefícios a Empregados</b>	<b>688.918</b>	<b>619.865</b>
Plano Celos Saúde (b)	582.150	464.289
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (c)	16.183	-
Programa de Desligamento Incentivado – PDI (d)	50.789	108.841
Outros Benefícios (e)	39.796	46.735
<b>Total</b>	<b>1.559.225</b>	<b>1.409.215</b>
<b>Circulante</b>	<b>162.312</b>	<b>173.205</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.396.913</b>	<b>1.236.010</b>

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

### a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Para os participantes que pertenciam ao Plano Transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R\$497 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou a partir de 2015 a atualização





**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

#### **b) Plano Celos Saúde**

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

#### **c) Programa de Demissão Voluntária – PDV**

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 31 de dezembro de 2016 a Celesc D havia quitado o débito com 417 beneficiários.

#### **d) Plano de Desligamento Incentivado – PDI**

Por meio da Deliberação nº 15, de 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado em dezembro de 2017, com adesão e o desligamento de 61 empregados. Os pagamentos das parcelas iniciarão em janeiro de 2017.

#### **e) Outros Benefícios**

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

### **25.1. Resultados da Avaliação Atuarial**

#### **a) Reconciliação do Valor Presente das Obrigações**

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDI 2016	PDVI 2012	Consolidado	
						Plano Pecúlio	Outros Benefícios
<b>Saldo 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.560.983</b>	<b>707.232</b>	<b>354.789</b>	<b>-</b>	<b>151.061</b>	<b>9.349</b>	<b>30.066</b>
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	3.671	-	(27.728)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	165.691	73.434	35.906	-	12.938	1.003	3.067
Benefícios pagos no ano	(122.173)	(79.254)	(70.457)	-	(74.233)	(318)	(4.258)
Contribuições de Participante Vertida no ano	9.375	8.517	28.661	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	36.599	20.090	187.335	-	19.075	6.410	9.441
<b>Saldo 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.654.146</b>	<b>730.019</b>	<b>508.506</b>	<b>-</b>	<b>108.841</b>	<b>16.444</b>	<b>38.316</b>
Custo Inicial	-	-	-	16.183	-	-	-
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	6.497	-	(40.652)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	210.334	91.179	62.606	-	9.909	2.129	4.045
Benefícios Pagos no ano	(138.259)	(87.595)	(88.617)	-	(47.016)	(329)	(4.496)
Contribuições de Participante Vertida no ano	14.418	17.159	33.116	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	(35.958)	(7.196)	181.230	-	(20.945)	(9.736)	2.005
<b>Saldo 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.711.178</b>	<b>743.566</b>	<b>656.189</b>	<b>16.183</b>	<b>50.789</b>	<b>8.508</b>	<b>39.836</b>

## b) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Consolidado	
						Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.654.146	730.019	508.506	-	108.841	16.444	38.316
Benefícios Concedidos	1.416.798	730.019	478.812	-	108.841	4.750	36.122
Benefícios a Conceder	237.348	-	29.694	-	-	11.694	2.194
Valor justo dos ativos	(1.306.406)	(288.409)	(44.217)	-	-	(8.025)	-
<b>Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>347.740</b>	<b>441.610</b>	<b>464.289</b>	<b>-</b>	<b>108.841</b>	<b>8.419</b>	<b>38.316</b>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.711.178	743.566	656.189	16.183	50.789	8.508	39.783
Benefícios Concedidos	1.489.013	743.566	621.079	16.183	50.789	329	37.549
Benefícios a Conceder	222.165	-	35.110	-	-	8.179	2.234
Valor justo dos ativos	(1.302.335)	(282.102)	(74.039)	-	-	(8.548)	-
<b>Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>408.843</b>	<b>461.464</b>	<b>582.150</b>	<b>16.183</b>	<b>50.789</b>	<b>(40)</b>	<b>39.783</b>

## c) Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2012	Consolidado	
					Plano Pecúlio	
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.262.568</b>	<b>301.723</b>	<b>38.102</b>	<b>-</b>	<b>7.971</b>	
Benefícios Pagos no Ano	(122.173)	(79.254)	(70.457)	-	(318)	
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	9.376	8.517	28.661	-	-	
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	37.598	35.032	42.691	-	-	
Juros sobre Ativo	133.899	30.854	3.432	-	871	
Ganho/Perda sobre os Ativos	(14.860)	(8.463)	1.788	-	(499)	
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.306.406</b>	<b>288.409</b>	<b>44.217</b>	<b>-</b>	<b>8.025</b>	
Benefícios Pagos no Ano	(138.259)	(87.596)	(88.617)	(47.016)	(330)	
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	14.418	17.159	33.116	-	-	
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	41.485	37.370	45.594	47.016	-	
Juros sobre Ativo	167.432	35.666	5.762	-	1.058	
Ganho/Perda sobre os Ativos	(89.147)	(8.906)	33.967	-	(205)	
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.302.335</b>	<b>282.102</b>	<b>74.039</b>	<b>-</b>	<b>8.548</b>	

#### d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Plano Transitório	46.997	42.580
Plano Misto	40.024	35.463
PDVI 2012	9.909	12.938
Plano Médico	33.185	11.610
Outros	5.116	3.199
	<b>135.231</b>	<b>105.790</b>

#### e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Descrição	2016	2015
Taxa nominal de desconto	Plano Transitório: 11,53%	13,20%
	Plano Misto: 11,55%	
	Plano Médico: 11,55%	
	Plano PDV: 11,75%	
	Plano Transitório: 11,53%	
Taxa Nominal Esperada de Retorno dos Ativos	Plano Misto: 11,55%	13,20%
	Plano Médico: 11,55%	
	Plano PDV: 11,75%	
	Plano Transitório: 11,53%	
Taxa nominal de Crescimento Salarial	8,59%	8,59%
Taxa de Inflação Futura	5,50%	5,50%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos (HCCTR)	3,75%	3,75%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos por Faixa Etária ( <i>aging factor</i> )	2,50%	2,50%
Taxa de Rotatividade	Experiência Celos	Experiência Celos
Taxa Real de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	NULA	NULA
Indexador de Reajuste de Salários/Benefícios	IPCA	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários/Benefícios	98,00%	97,00%

#### f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Mortalidade Geral	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de Inválidos	AT- 1949	AT- 1949
Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média

#### g) Despesa Estimada para o Exercício de 2017

A estimativa da despesa para o exercício de 2017 está demonstrada a seguir:

Consolidado	
Descrição	Despesa a ser Reconhecida em 2017
Plano Transitório	32.177
Plano Misto	34.809
Plano Pecúlio	964
PDV 2012	3.618
Plano Médico	38.934
Outros Benefícios	4.599
	<b>115.101</b>

## 26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 31 de dezembro de 2016					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,01	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo Investimento Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração L. Par Fundo de Investimentos	257.600	1,66	2.400.000	10,41	2.657.600	6,89
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Poland FIA	-	-	2.904.200	12,60	2.904.200	7,53
Neon Liberty Capital Management LLC	-	-	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04
Outros	992.952	6,39	11.755.382	51,01	12.748.334	33,06
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>40,26</b>	<b>23.044.454</b>	<b>59,74</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100</b>

### b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$(398.075) em 31 de dezembro de 2016 e R\$(243.745) em 31 de dezembro de 2015, no Patrimônio Líquido:

Consolidado		
Ajuste de Avaliação Patrimonial	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Deemed Cost – Celesc G	22.363	43.832
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(420.438)	(287.577)
	<b>(398.075)</b>	<b>(243.745)</b>

### c) Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2016 e de

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

2015 foi baseado no lucro (prejuízo) líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão das Demonstrações Financeiras.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro (prejuízo) por ação.

#### **d) Composição do Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído**

	Controladora	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
<b>Média Ponderada de Ações (milhares):</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
<b>Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por Ação a Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$):</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	(0,2402)	3,1968
Ações Preferenciais nominativas – PN	(0,2642)	3,5165
<b>Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$):</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	(3.729)	49.638
Ações Preferenciais nominativas – PN	(6.088)	81.037
	<b>(9.817)</b>	<b>130.674</b>

#### **d) Reserva Legal e de Retenção de Lucros**

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

#### **e) Dividendos**

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral é calculada nos termos da Lei Federal nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, em especial no que tange ao disposto nos artigos 192 e 203, é assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31 de dezembro 2016</b>	<b>31 de dezembro 2015</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>(9.817)</b>	<b>130.674</b>
(-) Constituição de Reserva Legal	-	(6.534)
(=) Base de Cálculo dos Dividendos	(9.817)	124.140
<b>Dividendos Propostos</b>	<b>-</b>	<b>37.242</b>
Mínimo Obrigatório (25%)	-	31.035
Parcela Excedente ao Mínimo Obrigatório a ser aprovada em AGO	-	6.207

## 27. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2016, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

				<b>Consolidado</b>
<b>Empresa</b>	<b>Ramo</b>	<b>Ativos Cobertos</b>	<b>Vigência</b>	<b>Segurado(i)</b>
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	30.12.2016 a 29/12/2017	300.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14/05/2016 à 14/05/2017	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	24.272

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

## 28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são as seguintes:

31 de dezembro de 2016

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	-	5.985.666	125.885	(2.811)	6.108.740
Custo das Vendas	-	(5.531.729)	(55.226)	2.811	(5.584.144)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-</b>	<b>453.937</b>	<b>70.659</b>	<b>-</b>	<b>524.596</b>
Despesas com Vendas	-	(199.137)	(11.418)	-	(210.555)
Despesas Gerais e Administrativas	(24.265)	(297.713)	(13.148)	-	(335.126)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(2.059)	64.746	11.735	-	74.422
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.337	-	(301)	27.387	40.423
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>(12.987)</b>	<b>21.833</b>	<b>57.527</b>	<b>27.387</b>	<b>93.760</b>
Receitas Financeiras	3.222	356.319	10.306	(2.227)	367.620
Despesas Financeiras	(52)	(461.356)	(28.752)	2.227	(487.933)
<b>Resultado Financeiro, líquido</b>	<b>3.170</b>	<b>(105.037)</b>	<b>(18.446)</b>	<b>-</b>	<b>(120.313)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL</b>	<b>(9.817)</b>	<b>(83.204)</b>	<b>39.081</b>	<b>27.387</b>	<b>(26.553)</b>
IRPJ e CSLL	-	30.674	(13.938)	-	16.736
<b>Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>(9.817)</b>	<b>(52.530)</b>	<b>25.143</b>	<b>27.387</b>	<b>(9.817)</b>
Informações Suplementares					
<b>Total dos Ativos</b>	<b>2.086.725</b>	<b>7.722.620</b>	<b>569.616</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>10.882</b>	<b>6.410.824</b>	<b>179.874</b>		

31 de dezembro de 2015

Descrição	Controladora	Celesc D (Reapresentado)	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL	-	6.919.875	133.897	(2.244)	7.051.528
Custo das Vendas	-	(6.307.537)	(72.168)	2.244	(6.377.461)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-</b>	<b>612.338</b>	<b>61.729</b>	<b>-</b>	<b>674.067</b>
Despesas com Vendas	-	(184.743)	(742)	-	(185.485)
Despesas Gerais e Administrativas	(29.031)	(252.592)	(9.731)	-	(291.354)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	1.453	67.929	(16.579)	-	52.803
Resultado de Equivalência Patrimonial	147.667	-	(145)	(115.000)	32.522
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>120.089</b>	<b>242.932</b>	<b>34.532</b>	<b>(115.000)</b>	<b>282.553</b>
Receitas Financeiras	12.590	208.370	18.663	(11.060)	228.563
Despesas Financeiras	(2.005)	(344.225)	(1.896)	11.060	(337.066)
<b>Resultado Financeiro, líquido</b>	<b>10.585</b>	<b>(135.855)</b>	<b>16.767</b>	<b>-</b>	<b>(108.503)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL</b>	<b>130.674</b>	<b>107.077</b>	<b>51.299</b>	<b>(115.000)</b>	<b>174.050</b>
IRPJ e CSLL	-	(25.731)	(17.645)	-	(43.376)
<b>Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>130.674</b>	<b>81.346</b>	<b>33.654</b>	<b>(115.000)</b>	<b>130.674</b>
Informações Suplementares					
<b>Total dos Ativos</b>	<b>2.265.046</b>	<b>7.202.344</b>	<b>424.070</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>40.318</b>	<b>5.701.293</b>	<b>51.901</b>		

## 28.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015 (Reapresentado)
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	8.600.675	9.301.961
Suprimento de Energia Elétrica (a)	223.571	267.527
Disponibilização da Rede Elétrica	574.991	469.464
Atualização VNR	7.730	186.833
Receita de Financeira	44.506	-
Renda de Prestação de Serviços	2.123	1.169
Energia Elétrica de Curto Prazo	606.625	490.170
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	(586.088)	758.788
Outras Receitas Operacionais	11.729	9.760
Doações e Subvenções (i)	588.412	543.182
Receita de Construção	411.828	430.886
	<b>10.486.102</b>	<b>12.459.740</b>
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>		
ICMS	(1.988.137)	(2.086.450)
PIS	(163.132)	(183.765)
COFINS	(751.398)	(846.438)
Reserva Global de Reversão – RGR	(302)	(742)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.267.175)	(1.485.189)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(28.177)	(33.581)
Programa Eficiência Energética – PEE	(27.831)	(31.511)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(6.592)	(7.480)
Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(1.352)	(1.185)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	(143.266)	(731.871)
	<b>(4.377.362)</b>	<b>(5.408.212)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>6.108.740</b>	<b>7.051.528</b>

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei Federal nº 12.839 de 09 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

O montante da receita contabilizada como Subvenção e Repasse da CDE no exercício de 2016 foi de R\$567.505. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$20.907.

### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:



Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Residencial	2.213.215	2.157.059	5.362.344	5.188.797	3.156.386	3.086.961
Industrial	102.304	102.300	9.565.551	4.559.779	2.193.407	2.802.893
Comercial	255.146	249.167	3.849.045	3.565.389	2.118.429	2.255.389
Rural	234.604	234.340	1.338.176	1.297.173	490.672	508.585
Poder Público	22.472	22.048	425.767	415.279	256.053	251.893
Iluminação Pública	685	612	605.602	583.535	215.324	227.297
Serviço Público	3.164	2.956	338.814	324.122	170.404	168.943
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>2.831.590</b>	<b>2.768.482</b>	<b>21.485.299</b>	<b>15.934.074</b>	<b>8.600.675</b>	<b>9.301.961</b>
Suprimento de Energia	107	86	2.121.817	1.816.461	223.571	267.527
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	44.506	-
<b>Total</b>	<b>2.831.697</b>	<b>2.768.568</b>	<b>23.607.116</b>	<b>17.750.535</b>	<b>8.868.752</b>	<b>9.569.488</b>

(i) Informações não auditadas

## 28.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

31 de dezembro de 2016					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	4.502.071	-	-	-	4.502.071
Pessoal (b)	350.975	143.597	57.366	16.806	568.744
Administradores	-	6.787	-	-	6.787
Despesa Atuarial	-	71.580	-	-	71.580
Entidade de Previdência Privada (b)	19.310	6.900	2.897	-	29.107
Material	14.509	5.172	1	-	19.682
Custo de Construção	411.828	-	-	-	411.828
Custos e Serviços de Terceiros	70.498	67.460	56.178	492	194.628
Depreciação e Amortização	203.231	30.374	-	1.971	235.576
Provisões Líquidas	(6.358)	-	51.789	(70.049)	(24.618)
Taxa de Fiscalização ANEEL	1.859	11.553	488	-	13.900
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	-	-
Outros Custos e Despesas	16.221	(8.297)	41.836	(23.642)	26.118
	<b>5.584.144</b>	<b>335.126</b>	<b>210.555</b>	<b>(74.422)</b>	<b>6.055.403</b>

31 de dezembro de 2015					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	5.300.061	-	-	-	5.300.061
Pessoal (b)	322.666	129.879	54.191	12.406	519.142
Administradores	-	6.909	-	-	6.909
Despesa Atuarial	-	26.457	-	-	26.457
Entidade de Previdência Privada (b)	17.995	7.414	2.666	-	28.075
Material	13.639	5.518	2	-	19.159
Custo de Construção	430.886	-	-	-	430.886
Custos e Serviços de Terceiros	64.255	66.061	57.545	403	188.264
Depreciação e Amortização	222.717	36.367	-	-	259.084
Provisões Líquidas	(11.079)	-	(19.433)	23.149	(7.363)
Arrendamentos e Aluguéis	1.623	14.447	485	(83.573)	(67.018)
Outros Custos e Despesas	14.698	1.698	90.030	(5.188)	97.842
	<b>6.377.461</b>	<b>291.354</b>	<b>185.485</b>	<b>(52.803)</b>	<b>6.801.497</b>

### a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	31 de dezembro 2016	GWh (i)	31 de dezembro 2015	GWh (i)
Aliança Geração de Energia S.A.	8.836	277	17.510	276
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	734.029	4.194	1.027.272	4.039
Tractebel Energia S.A.	428.187	2.401	437.251	2.723
Tradener Ltda.	-	-	14.495	41
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	56.784	277	211.396	277
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	298.140	1.826	529.209	1.821
Pie RP Termoelétrica S.A.	-	-	13.254	38
Companhia Energética de Petrolina – CEP	34.696	201	105.245	200
SJC Bioenergia Ltda.	7.778	37	7.171	37
Serra do Facão Energia S.A.	18.407	93	16.907	93
Furnas Centrais Elétricas S.A.	219.690	1.689	227.725	1.579
Cemig Geração e Transmissão S.A.	180.229	863	160.452	758
Companhia Energética Potiguar	37.637	134	98.601	134
Companhia Hidreletrica Teles Pires	14.342	196	9.162	129
Companhia Energética de São Paulo – CESP	113.506	837	128.823	950
Copel Geração e Transmissão S.A.	111.323	720	127.043	905
Energética Suape II S.A.	51.804	204	65.895	203
ECE Participações S.A.	6.527	50	6.115	50
Eletrobras Termonuclear S.A.	129.100	707	110.857	723
Enguia Gen Ba Ltda – Jaguarari	8.142	137	11.796	136
Porto do Pecem Geração de Energia	91.510	473	100.352	472
Usina Xavantes S.A – Aruanã	-	-	46.233	37
Lages Bioenergética Ltda.	49.549	193	45.476	193
Foz do Chapecó Energia AS	39.396	199	36.189	199
Brentech Energia S.A.	-	-	20.298	50
Companhia Energética Estreito	37.537	197	34.452	197
BTG Pactual Comercializadora de Energia	-	-	44.538	128
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda.	-	-	23.955	33
Candeias Energia S.A.	5.912	33	11.908	33
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia	43.468	242	43.822	242
Geradora de Energia do Norte S.A.	6.850	37	13.562	37
Borborema Energética S.A.	-	-	6.830	18
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	9.816	50	9.022	50
Linhares Geração S.A.	10.171	33	11.731	33
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	8.407	38	15.287	37
Termelétrica Viana S.A.	-	-	7.101	18
Açucareiro Zillo Lorenzetti S.A.	14.176	67	14.225	67
Centrais Elétricas Norte do Brasil	5.406	26	14.222	100
Rio PCHI S.A.	10.365	53	9.527	52
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	9.387	50	8.624	50
Ceb Geração S.A.	5.287	34	-	-
Cia Estadual de Energia Elet. – CEEE	5.443	61	-	-
Usina Santa Isabel S/A	5.679	26	-	-
Empresa Energética Porto das Pedras	9.872	50	9.069	50
Energest S.A.	7.304	40	8.602	55
Maracanau Geradora de Energia S.A.	-	-	6.735	18
Santa Fé Energia S.A.	7.469	38	6.939	38
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	41.766	280	37.832	379
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	-	-	12.740	103
Norte Energia S/A	24.033	293	-	-
Orteng Energia Ltda	5.121	28	-	-
Cia Hidro Elétrica do Sao Francisco – Chesf	22.961	818	-	-
Santo Antônio Energia S.A.	141.532	1.208	125.088	1.101
Rio Paraná Energia S.A.	43.237	193	-	-
Outros	122.815	990	109.839	1.055
	<b>3.243.626</b>	<b>20.593</b>	<b>4.160.377</b>	<b>19.957</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda – CP	652.634	(1.805)	544.295	(505)
Encargo de Uso da Rede Elétrica	441.469	-	474.478	-
Proinfa	164.342	407	120.911	427
	<b>1.258.445</b>	<b>(1.398)</b>	<b>1.139.684</b>	<b>(78)</b>
	<b>4.502.071</b>	<b>19.195</b>	<b>5.300.061</b>	<b>19.879</b>

(i) Informações não auditadas

### a) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
<b>Pessoal</b>				
Remunerações	13.226	17.372	289.518	272.762
Encargos Sociais	269	254	116.661	108.150
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	15.204	22.609
Benefícios Assistenciais	2	-	39.425	35.781
Provisões e Indenizações	82	100	107.737	79.485
Outros	156	292	201	355
<b>Entidade de Previdência Privada</b>	-	-	29.105	28.075
	<b>13.735</b>	<b>18.018</b>	<b>597.851</b>	<b>547.217</b>

## 28.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015 (Reapresentado)
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de Aplicações Financeiras	2.370	3.745	128.012	60.818
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	97.659	69.072
Variações Monetárias	2	-	46.812	18.952
Atualização monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	76.606	38.503
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	-	15.950
Deságio Fornecedor	-	-	257	65
Desvalorização Cambial s/ Energia Comprada	-	-	28.789	20.722
Renda de Dividendos	372	987	372	987
Ganho com Valor Justo – Casan	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	3.190	-	3.190	-
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	(3.190)	-	(3.190)	-
Reversão da provisão para perdas de Ativo Financeiro	-	-	-	-
Outras Receitas Financeiras	926	8.488	7.440	13.958
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(448)	(630)	(18.327)	(10.464)
	<b>3.222</b>	<b>12.590</b>	<b>367.620</b>	<b>228.563</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de Dívidas	-	-	(57.703)	(73.264)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(63.651)	(79.333)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	-	-	(718)	(8.897)
Custo na Emissão de Debêntures	-	-	-	(3.119)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(18.968)	(73.702)
Variações Monetárias	-	-	(2.180)	(2.430)
Amortização do Ágio	-	(1.971)	-	(1.971)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(31.012)	(27.188)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(156.913)	(2.403)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(101.645)	(56.982)
Atualização Bonificação de Outorga	-	-	(5.383)	-
Outras Despesas Financeiras	(52)	(34)	(49.760)	(7.777)
	<b>(52)</b>	<b>(2.005)</b>	<b>(487.933)</b>	<b>(337.066)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>3.170</b>	<b>10.585</b>	<b>(120.313)</b>	<b>(108.503)</b>

## 29. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D

### 29.1. Balanço Patrimonial

<b>Ativo</b>	<b>31 de dezembro 2016</b>	<b>31 de dezembro 2015</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.655.102</b>	<b>3.361.980</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	880.887	734.239
Contas a Receber de Clientes	1.233.453	1.437.865
Estoques	9.834	7.838
Tributos a Recuperar	118.866	155.802
Ativo Financeiro Parcela A	-	248.458
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	1.229.741	662.236
Outros Créditos	182.321	115.542
<b>Não Circulante</b>	<b>4.067.518</b>	<b>3.840.364</b>
Ativo Indenizatório (Concessão)	346.620	196.520
Contas a Receber de Clientes	31.497	15.918
Tributos Diferidos	514.870	214.282
Tributos a Recuperar	17.751	15.029
Depósitos Judiciais	106.930	143.911
Ativo Financeiro – Parcela A	-	196.901
Outros Créditos	2.896	2.119
Intangível	3.046.954	3.055.684
<b>Total do Ativo</b>	<b>7.722.620</b>	<b>7.202.344</b>

  

<b>Passivo</b>	<b>31 de dezembro 2016</b>	<b>31 de dezembro 2015</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.055.564</b>	<b>3.289.482</b>
Fornecedores	617.775	723.456
Empréstimos e Financiamentos	202.996	217.157
Debêntures	105.243	301.598
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	141.043	130.423
Tributos e Contribuições Sociais	154.686	240.907
Dividendos Propostos	-	19.320
Taxas Regulamentares	2.297.196	1.413.205
Previdência Privada	17.016	18.343
Passivo Atuarial	162.259	173.171
Passivo Financeiro – Parcela A	308.561	-
Outros Passivos	48.789	51.902
<b>Não Circulante</b>	<b>2.355.260</b>	<b>2.411.811</b>
Empréstimos e Financiamentos	130.035	325.017
Debêntures	199.498	299.133
Taxas Regulamentares	213.787	254.714
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras	40.227	-
Passivo Atuarial	1.396.913	1.236.010
Provisão para Contingências	274.266	294.462
Passivo Financeiro – Parcela A	98.059	-
Outros Passivos	2.475	2.475
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.311.796</b>	<b>1.501.051</b>
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	678.644	735.038
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(420.438)	(287.577)
<b>Total do Passivo</b>	<b>7.722.620</b>	<b>7.202.344</b>

## 29.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	Ajustes	31 de dezembro 2015 (Reapresentado)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>5.985.666</b>	<b>6.733.042</b>	<b>186.833</b>	<b>6.919.875</b>
Receita de Serviço de Energia Elétrica	5.573.838	6.302.156	186.833	6.488.989
Receita de Construção	411.828	430.886	-	430.886
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(5.531.729)</b>	<b>(6.307.537)</b>	<b>-</b>	<b>(6.307.537)</b>
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(5.119.901)	(5.876.651)	-	(5.876.651)
Custo de Construção	(411.828)	(430.886)	-	(430.886)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>453.937</b>	<b>425.505</b>	<b>186.833</b>	<b>612.338</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(432.104)</b>	<b>(369.406)</b>	<b>-</b>	<b>(369.406)</b>
Despesas com Vendas	(199.137)	(184.743)	-	(184.743)
Despesas Gerais e Administrativas	(297.713)	(252.592)	-	(252.592)
Outras Despesas Operacionais	64.746	67.929	-	67.929
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>21.833</b>	<b>56.099</b>	<b>186.833</b>	<b>242.932</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(105.037)</b>	<b>50.978</b>	<b>(186.833)</b>	<b>(135.855)</b>
Receitas Financeiras	356.319	395.203	(186.833)	208.370
Despesas Financeiras	(461.356)	(344.225)	-	(344.225)
<b>Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>(83.204)</b>	<b>107.077</b>	<b>-</b>	<b>107.077</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>30.674</b>	<b>(25.731)</b>	<b>-</b>	<b>(25.731)</b>
Diferido	(201.471)	(15.786)	-	(15.786)
Corrente	232.145	(9.945)	-	(9.945)
<b>Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>(52.530)</b>	<b>81.346</b>	<b>-</b>	<b>81.346</b>

### 29.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	8.555.903	9.234.542
Suprimento de Energia Elétrica (a)	175.944	185.461
Ativos e Passivos Financeiros	(586.088)	758.788
Disponibilização da Rede Elétrica	577.372	471.697
Energia de Curto Prazo	606.625	490.170
Doações e Subvenções	588.412	543.182
Receita de Construção	411.828	430.886
Atualização Ativo Financeiro – VNR	7.730	186.833
Outras Receitas Operacionais	13.852	10.929
	<b>10.351.578</b>	<b>12.312.488</b>
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>		
ICMS	(1.988.137)	(2.086.450)
PIS	(161.503)	(181.798)
COFINS	(743.893)	(837.375)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.267.175)	(1.485.189)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(27.831)	(31.511)
Programa Eficiência Energética – PEE	(27.831)	(31.511)
Taxa de Fiscalização	(6.276)	(6.908)
Outros Encargos	(143.266)	(731.871)
	<b>(4.365.912)</b>	<b>(5.392.613)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>5.985.666</b>	<b>6.919.875</b>

### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Residencial	2.213.215	2.157.059	5.362.344	5.188.797	3.156.386	3.086.961
Industrial	102.284	102.281	9.299.509	4.280.376	2.148.635	2.735.474
Comercial	255.146	249.167	3.849.045	3.565.389	2.118.429	2.255.389
Rural	234.604	234.340	1.338.176	1.297.173	490.672	508.585
Poder Público	22.472	22.048	425.767	415.279	256.053	251.893
Iluminação Pública	685	612	605.602	583.535	215.324	227.297
Serviço Público	3.164	2.956	338.814	324.122	170.404	168.943
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>2.831.570</b>	<b>2.768.463</b>	<b>21.219.257</b>	<b>15.654.671</b>	<b>8.555.903</b>	<b>9.234.542</b>
Suprimento de Energia	48	46	1.725.691	1.493.121	175.944	185.461
<b>Total</b>	<b>2.831.618</b>	<b>2.768.509</b>	<b>22.944.948</b>	<b>17.147.792</b>	<b>8.731.847</b>	<b>9.606.836</b>

(i) Informações não auditadas

### 29.2.2. Custos e Despesas Operacionais

31 de dezembro de 2016					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	4.487.119	-	-	-	4.487.119
Pessoal	345.291	121.245	57.092	16.806	540.434
Despesa Atuarial	-	71.580	-	-	71.580
Entidade Previdência Privada	19.310	6.898	2.897	-	29.105
Material	14.396	4.956	1	-	19.353
Custo de Construção	411.828	-	-	-	411.828
Custos e Serviços de Terceiros	65.834	63.252	55.681	492	185.259
Depreciação e Amortização	168.280	28.936	-	-	197.216
Provisões Líquidas	-	-	41.206	(58.360)	(17.154)
Outros Custos e Despesas	19.671	846	42.260	(23.684)	39.093
	<b>5.531.729</b>	<b>297.713</b>	<b>199.137</b>	<b>(64.746)</b>	<b>5.963.833</b>

31 de dezembro de 2015					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	5.289.554	-	-	-	5.289.554
Pessoal	316.889	105.553	53.924	12.406	488.772
Despesa Atuarial	-	26.457	-	-	26.457
Entidade Previdência Privada	17.995	7.414	2.666	-	28.075
Material	13.446	5.054	2	-	18.502
Custo de Construção	430.886	-	-	-	430.886
Custos e Serviços de Terceiros	60.204	61.242	57.134	403	178.983
Depreciação e Amortização	160.689	35.653	-	-	196.342
Provisões Líquidas	-	-	(19.433)	8.363	(11.070)
Outros Custos e Despesas	17.874	11.219	90.450	(89.101)	30.442
	<b>6.307.537</b>	<b>252.592</b>	<b>184.743</b>	<b>(67.929)</b>	<b>6.676.943</b>

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G****30.1. Balanço Patrimonial**

<b>Ativo</b>	<b>31 de dezembro 2016</b>	<b>31 de dezembro 2015</b>
<b>Circulante</b>	<b>84.194</b>	<b>200.859</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.591	162.573
Contas a Receber de Clientes	36.868	37.220
Estoques	172	198
Tributos a Recuperar	82	466
Ativo Financeiro	28.242	-
Outras contas a receber	239	402
<b>Não Circulante</b>	<b>485.422</b>	<b>223.211</b>
Tributos a Recuperar	234	202
Depósitos Judiciais	149	113
Partes Relacionadas	40.715	488
Ativo Financeiro	233.574	-
Outros Créditos	2.421	-
Investimentos	44.811	39.924
Imobilizado	158.449	174.805
Intangível	5.069	7.679
<b>Total do Ativo</b>	<b>569.616</b>	<b>424.070</b>

<b>Passivo</b>	<b>31 de dezembro 2016</b>	<b>31 de dezembro 2015</b>
<b>Circulante</b>	<b>21.275</b>	<b>48.657</b>
Fornecedores	7.498	9.023
Debêntures	1.913	-
Tributos e Contribuições Sociais	3.453	28.282
Taxas Regulamentares	924	2.367
Outros Passivos	1.516	992
Dividendos Propostos	5.971	7.993
<b>Não Circulante</b>	<b>158.599</b>	<b>3.244</b>
Debêntures	148.106	-
Tributos Diferidos	7.859	327
Provisão para Contingências	939	928
Taxas Regulamentares	1.695	1.989
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>389.742</b>	<b>372.169</b>
Capital Social Realizado	250.000	145.532
Reservas de Lucro	117.379	182.805
Ajuste de Avaliação Patrimonial	22.363	43.832
<b>Total do Passivo</b>	<b>569.616</b>	<b>424.070</b>

## 30.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>125.885</b>	<b>133.897</b>
Receita	125.885	133.897
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(55.226)</b>	<b>(72.168)</b>
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(55.226)	(72.168)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>70.659</b>	<b>61.729</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(13.132)</b>	<b>(27.197)</b>
Despesas com Vendas	(11.418)	(742)
Despesas Gerais e Administrativas	(13.148)	(9.731)
Provisões, Líquidas	11.769	(16.239)
Outras Despesas Operacionais	(34)	(340)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(301)	(145)
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>57.527</b>	<b>34.532</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(18.446)</b>	<b>16.767</b>
Receitas Financeiras	10.306	18.663
Despesas Financeiras	(28.752)	(1.896)
<b>Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>39.081</b>	<b>51.299</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(13.938)</b>	<b>(17.645)</b>
Corrente	(6.406)	(32.730)
Diferido	(7.532)	15.085
<b>Lucro do Exercício</b>	<b>25.143</b>	<b>33.654</b>

### 30.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Industrial	44.772	67.419
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Comercial		-
Suprimento de Energia Elétrica (a)	34.673	17.932
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	13.384	64.145
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	44.506	-
	<b>137.335</b>	<b>149.496</b>
<b>Deduções da Receita Operacional</b>		
ICMS		-
PIS	(1.629)	(1.967)
COFINS	(7.505)	(9.063)
Reserva Global de Reversão – RGR	(302)	(742)
Taxa Fiscalização ANEEL - TFSEE	(316)	(572)
Pesquisa e desenvolvimento – P & D	(346)	(2.070)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(1.352)	(1.185)
	<b>(11.450)</b>	<b>(15.599)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>125.885</b>	<b>133.897</b>

#### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica



Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
<b>Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica</b>						
Industrial	20	19	266.042	279.403	44.772	67.419
Comercial, Serviços e Outros	-	-	-	-	-	-
Suprimento de Energia	59	42	377.158	91.648	34.673	17.932
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	18.968	231.692	13.384	64.145
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	44.506	-
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>61</b>	<b>662.168</b>	<b>602.743</b>	<b>137.335</b>	<b>149.496</b>

(i) Informações não auditadas.

### 30.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31 de dezembro de 2016				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	15.382	-	-	-	15.382
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.381	-	-	-	2.381
Pessoal	5.684	8.619	274	-	14.577
Material	113	216	-	-	329
Custos e Serviços de Terceiros	4.664	1.811	497	-	6.972
Depreciação e Amortização	34.951	1.433	-	-	36.384
Seguros	-	205	-	-	205
Provisões Líquidas	(6.358)	-	10.583	(11.769)	(7.544)
Tributos	(866)	135	64	-	(667)
Aluguéis	-	304	-	-	304
Outros Custos e Despesas	(725)	425	-	34	(266)
	<b>55.226</b>	<b>13.148</b>	<b>11.418</b>	<b>(11.735)</b>	<b>68.057</b>

Descrição	31 de dezembro de 2015				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	10.518	-	-	-	10.518
Pessoal	5.777	6.308	267	-	12.352
Material	193	464	-	-	657
Custos e Serviços de Terceiros	4.051	1.642	411	-	6.104
Depreciação e Amortização	62.028	709	-	-	62.737
Provisões Líquidas	(11.079)	-	-	16.239	5.160
Outros Custos e Despesas	680	608	64	340	1.692
	<b>72.168</b>	<b>9.731</b>	<b>742</b>	<b>16.579</b>	<b>99.920</b>

## **31. EVENTO SUBSEQUENTE**

### **31.1. Faixas de Acionamento do Sistema de Bandeiras Tarifárias em 2017**

A Diretoria da ANEEL definiu em 14 de fevereiro de 2016, as faixas de acionamento e os adicionais para 2017 das bandeiras tarifárias.

Os adicionais aprovados são:

- i) A bandeira amarela passou para R\$2 a cada 100Kwh;
- ii) A bandeira vermelha no patamar 1 se manteve em R\$3,00 a cada 100Kwh, e no patamar 2 caiu para R\$3,50 a cada 100Kwh.

Ficou estabelecido que as faixas de acionamento serão definidas anualmente com base na estimativa de custos para cada cenário. De acordo com a ANEEL, em um cenário hídrico desfavorável, o acionamento das bandeiras pode ocorrer antecipadamente, em vez de ser acionada apenas quando o Custo Variável Unitário – CVU da última térmica despachada for superior a 50% do PLD. Com esse mecanismo, mitiga-se o risco das distribuidoras de terem que arcar com os custos de geração enquanto as faixas de acionamento não forem atingidas, o que poderia agravar a situação do caixa das concessionárias. E como esse custo é repassado aos consumidores nos processos tarifários por meio da CVA, o mecanismo proposto propicia ao consumidor o conhecimento desse custo antecipadamente, e não apenas no processo tarifário.

A definição das faixas de acionamento será realizada conforme os seguintes critérios:

**i) Bandeira Tarifária Verde:** será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for inferior a R\$211,28/MWh;

**ii) Bandeira Tarifária Amarela:** será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$211,28/MWh e inferior a R\$422,56/MWh; e

**iii) Bandeira Tarifária Vermelha:** será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$422,56/MWh, conforme os seguintes patamares de aplicação:

**Patamar 1:** será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$422,56/MWh e inferior a R\$610/MWh; e

**Patamar 2:** será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao limite a R\$610/MWh.



**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

### **31.2. Resolução Homologatória nº 2.202/2017**

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.202, de 07 de fevereiro de 2017, homologou as cotas de CDE Uso no valor mensal de R\$41.064 e as cotas de CDE Energia no valor mensal de R\$22.490, para o exercício de 2017.